

Demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

31 de dezembro 2020



J.P.Morgan

Índice

Relatório dos auditores independentes	2
Balanço patrimonial consolidado	5
Demonstração consolidada do resultado	6
Demonstração consolidada do resultado abrangente.....	7
Demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas	10

Banco J.P. Morgan S.A.

Demonstrações contábeis

consolidadas em

31 de dezembro de 2020

e relatório do auditor independente



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco J.P. Morgan S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Banco J.P. Morgan S.A. ("Instituição") e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco J.P. Morgan S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2020, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas". Somos independentes em relação à Instituição e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Banco J.P. Morgan S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Banco J.P. Morgan S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2021

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador CRC 1SP172940/O-6

Balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro
Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

		(em reais mil) 31/12/2020	(em reais mil) 31/12/2019
Ativo	Nota		
Disponibilidades	4	17.430	20.663
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	5 e 6	75.479.888	33.673.465
Instrumentos de dívida		22.289.579	4.259.680
Instrumentos de patrimônio		451.868	373.491
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras		49.390.102	27.795.377
Instrumentos financeiros derivativos		3.348.339	1.244.917
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	7	797.150	-
Instrumentos de dívida		797.150	-
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		13.321.484	6.570.410
Empréstimos e adiantamentos a clientes	8a	3.710.257	2.781.271
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	8b	8.732.278	3.434.996
Outros ativos financeiros	8c	878.949	354.143
Ativo tangível	9	134.947	135.882
Ativo intangível	10	2.500	5.727
Créditos tributários		733.024	489.495
Correntes		10.826	17.466
Diferidos	14	722.198	472.029
Outros ativos	12	1.272.517	966.057
TOTAL DO ATIVO		91.758.940	41.861.699
Passivo			
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado		13.038.916	11.832.832
Instrumentos financeiros derivativos	6	9.223.406	4.281.528
Obrigações por empréstimos	11a	3.790.976	7.504.062
Carteira de câmbio	11a	24.534	47.242
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	11b	71.195.221	23.453.623
Depósitos de clientes		11.749.077	5.887.751
Depósitos de instituições financeiras		527.781	456.175
Obrigações por empréstimos		49.276.935	15.460.927
Outros passivos financeiros		9.641.428	1.648.770
Provisões	13a	587.340	578.750
Passivos fiscais		551.160	369.666
Correntes		310.801	244.794
Diferidos	14	240.359	124.872
Outros passivos	12	763.100	517.682
TOTAL DO PASSIVO		86.135.737	36.752.553
Patrimônio líquido	15		
Capital		2.874.731	2.810.981
Reservas		2.753.054	2.303.105
Resultado abrangente acumulado		358	-
Ações em tesouraria		(4.940)	(4.940)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.623.203	5.109.146
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		91.758.940	41.861.699

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas

Demonstração consolidada do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Nota</u>	<u>31-dez-20</u>	<u>31-dez-19</u>
Receitas com juros e similares	16a	2.367.965	2.398.555
Despesas com juros e similares	16b	(694.214)	(1.296.022)
Receita líquida com juros		1.673.751	1.102.533
Provisão para perda de crédito	8	(25.226)	(876)
Receita líquida da provisão para perda de crédito		1.648.525	1.101.657
Receita de tarifas e comissões	17	998.168	983.046
Ganhos (perdas) líquidos com ativos e passivos financeiros	16c	5.093.506	(484.257)
Ganhos (perdas) líquidos com variação cambial	18	(5.519.511)	517.794
Total de receitas		2.220.688	2.118.240
Despesas tributárias	19	(178.400)	(134.782)
Despesas administrativas			
Despesas com pessoal		(864.564)	(785.799)
Outras despesas administrativas	20	(268.556)	(231.600)
Depreciação e amortização	9 e 10	(26.186)	(25.773)
Outras receitas (despesas)		(10.188)	5.404
LUCRO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO		872.794	945.690
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	14	(347.845)	(303.442)
LUCRO LÍQUIDO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO		524.949	642.248
LUCRO POR AÇÃO (em reais)			
Lucro básico e diluído por ação (em reais - R\$)			
Ações ordinárias		92.7308	113,4513
Ações preferenciais		92.7308	113,4513
Média ponderada das ações emitidas - básica			
Ações ordinárias		5.470	5.470
Ações preferenciais		191	191

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas

Demonstração consolidada do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Nota</u>	<u>31-dez-20</u>	<u>31-dez-19</u>
LUCRO LÍQUIDO E RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO		524,949	642,248
Outros componentes do resultado abrangente		358	-
Variação do valor justo dos ativos mensurados a VJORA		358	-
Total do resultado abrangente do exercício		525,307	642,248

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas

Demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Reservas						Outros resultados abrangentes			Total
	Capital social	Aumento de capital	Subvenções para investimento	Legal	Estatutária	Contribuição de Capital	Lucros acumulados	Disponível para venda	Ações em tesouraria	
Em 31 de dezembro de 2018	<u>2.453,981</u>	<u>229,500</u>	<u>24,939</u>	<u>211,466</u>	<u>1.530,562</u>	<u>41,004</u>	-	-	<u>(4,940)</u>	<u>4.486,512</u>
Aumento de capital	229,500	(102,000)	-	-	-	-	-	-	-	127,500
Pagamento baseado em ações	-	-	-	-	-	3,007	-	-	-	3,007
Outros	-	-	-	-	(121)	-	-	-	-	(121)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	642,248	-	-	642,248
Juros sobre capital próprio (R\$ 26.497,09 por ação)	-	-	-	-	-	-	(150,000)	-	-	(150,000)
Destinação do lucro líquido:										
Reserva legal	-	-	-	30,939	-	-	(30,939)	-	-	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	461,309	-	(461,309)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2019	<u>2.683,481</u>	<u>127,500</u>	<u>24,939</u>	<u>242,405</u>	<u>1.991,750</u>	<u>44,011</u>	-	-	<u>(4,940)</u>	<u>5.109,146</u>
Aumento de capital	127,500	(63,750)	-	-	-	-	-	-	-	63,750
Ajuste de avaliação patrimonial - valor justo	-	-	-	-	-	-	-	358	-	358
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	524,949	-	-	524,949
Juros sobre capital próprio (R\$ 13.248,54 por ação)	-	-	-	-	-	-	(75,000)	-	-	(75,000)
Destinação do lucro líquido:										
Reserva legal	-	-	-	23,330	-	-	(23,330)	-	-	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	426,619	-	(426,619)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2020	<u>2.810,981</u>	<u>63,750</u>	<u>24,939</u>	<u>265,735</u>	<u>2.418,369</u>	<u>44,011</u>	-	<u>358</u>	<u>(4,940)</u>	<u>5.623,203</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Nota	2020	2019
Atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado		432.858	687.702
Lucro líquido		524.949	642.248
Ajuste ao lucro líquido			
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		32	85
Depreciações		26.186	25.773
Baixa de ativo intangível	10	3.227	-
Créditos tributários e passivos fiscais diferidos		(134.975)	5.703
Constituições/reversões de provisões	13a.2	13.439	13.893
Redução/(Aumento) líquido nos ativos operacionais		(22.761.812)	6.219.502
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado		(20.289.016)	6.151.355
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		(796.792)	-
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		(1.489.809)	151.028
Ativos fiscais correntes		6.640	(137)
Outros ativos		(306.167)	(147.545)
Juros recebidos		113.332	64.801
Aumento líquido nos passivos operacionais		7.445.592	2.980.192
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado		1.206.084	2.977.220
Passivos fiscais correntes		66.007	145.057
Depósitos		5.932.932	(193.284)
Outros passivos		638.127	210.448
Imposto de renda e contribuição social pagos		(397.558)	(159.249)
Caixa líquido proveniente / (utilizado) de atividades operacionais		(14.883.362)	9.887.396
Atividades de investimentos			
Imobilizado de uso (aquisições e vendas)		(25.251)	(25.206)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		(25.251)	(25.206)
Atividades de financiamentos			
Aumento de capital	15	63.750	127.500
(Redução)/aumento em passivos financeiros ao custo amortizado		41.808.666	(81.879)
Juros pagos		-	(149.377)
Dividendos ou juros sobre capital próprio	15	(75.000)	(150.000)
Caixa líquido (utilizado)/proveniente nas atividades de financiamentos		41.797.416	(253.756)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		26.888.803	9.608.434
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	31.251.038	21.642.689
Efeitos das mudanças de taxas de câmbio		(32)	(85)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	58.139.809	31.251.038
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		26.888.803	9.608.434

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional

O Banco J.P. Morgan S.A. (“Banco”) e suas subsidiárias, localizados em São Paulo operam como banco múltiplo com as carteiras comercial, de investimentos e de câmbio, bem como com operações inerentes às corretoras de câmbio e valores mobiliários e distribuidoras de títulos e valores mobiliários.

O Banco J.P. Morgan S.A. é controlado pela J.P. Morgan International Finance Limited, que detém 99,6% de seu capital.

Integram o Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A. (“J.P. Morgan” ou “Consolidado”), o Banco e suas subsidiárias diretas: J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. e J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, além de seu fundo exclusivo Atacama Multimercado Fundo de Investimento.

As operações do Banco e das empresas controladas são conduzidas no contexto de um Consolidado que atua integralmente no mercado financeiro, nacional e internacional. Consequentemente, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos, segundo a praticabilidade e razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente.

As demonstrações contábeis em IFRS foram aprovadas pela Administração em 23 de março de 2021.

2. Apresentação das demonstrações contábeis consolidadas e outras informações

a) Base de preparação

Essas demonstrações contábeis consolidadas do J.P. Morgan foram elaboradas em atendimento a Resolução nº 3.786 do Conselho Monetário Nacional (CMN) que requer a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas, em acordo com o padrão contábil internacional *International Financial Reporting Standards* (IFRS), conforme aprovado pelo *International Accounting Standard Board* (IASB).

As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em reais e todos os valores são arredondados para milhares, exceto quando indicado de outro modo.

b) Adoção de novas normas e interpretações

O Consolidado adotou as normas e interpretações que entraram em vigor a partir dos exercícios de 2019. As seguintes normas e interpretações são aplicáveis ao Consolidado:

Estrutura Conceitual (*Conceptual Framework*): As principais alterações se referem a: definições de ativo e passivo; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2020 e não houve impactos para as demonstrações contábeis consolidadas do J.P. Morgan.

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o Lucro: esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração da IAS 12 – Tributos sobre a Renda quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos de impostos sobre o lucro pela autoridade tributária. Esta interpretação é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019 e não houve impactos materiais para as demonstrações contábeis consolidadas do J.P. Morgan.

IFRS 16 – Arrendamentos: pronunciamento que substitui o IAS 17 – Arrendamentos, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2019, e traz novos parâmetros para reconhecimento do direito de uso do ativo bem como o passivo contratual a valor presente.

Interest Rate Benchmark Reform (IBOR Reform) – Fase I: alterações no IFRS 9 e IAS 39 bem como a norma de divulgação relacionada, IFRS 7, sobre alguns requerimentos específicos da contabilidade de Hedge. As mudanças fazem parte do projeto IBOR referente à reforma nas taxas de juros utilizadas como referências de mercado (IBOR), cuja finalização se dará em períodos futuros. As alterações das normas tem o objetivo de minimizar os eventuais impactos nessas estruturas no cenário atual de pré-substituição de taxas, sendo efetivas para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2020 e serão aplicadas até que ocorra a efetiva substituição das IBORs ou os relacionamentos de hedge accounting sejam descontinuados. Será aplicada a isenção normativa de que essas taxas não serão substituídas durante o período de incerteza nas análises de relacionamentos de hedge accounting. Não houve impactos materiais para as demonstrações contábeis consolidadas do J.P. Morgan.

c) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em exercícios futuros

Interest Rate Benchmark Reform (IBOR Reform) – Fase II: As alterações resumem-se em:

I) Modificação de ativos e passivos financeiros: Expediente prático que permite substituir, como consequência da reforma, a taxa de juros efetiva de um ativo financeiro ou passivo financeiro por uma nova taxa economicamente equivalente, sem desconhecimento do contrato;

II) Hedge accounting: Fim das isenções para avaliação da efetividade dos relacionamentos de hedge (Fase I) com o reconhecimento em resultado da parcela inefetiva, criação de subcarteiras para segregação dos contratos com as taxas alteradas para hedges de grupo de itens, prazo de 24 meses para identificação e segregação de novo risco baseado na alteração das taxas de juros, e atualizações nas documentação de hedge;

III) Divulgação: Requerimentos sobre a divulgação dos riscos em que a entidade está exposta pela reforma, o gerenciamento deste risco e da evolução da transição das IBORs.

Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2021.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a. Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis do Banco, de suas controladas e de seu fundo exclusivo para os exercícios findos em 31 de dezembro. Todos os saldos,

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

transações, receitas e despesas entre as entidades do grupo são eliminados.

b. Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações contábeis individuais de cada entidade são apresentadas na moeda do ambiente econômico primário na qual a entidade opera (moeda funcional). Para o propósito de consolidação das demonstrações contábeis, o resultado e a posição financeira das entidades consolidadas estão expressos em reais, moeda funcional do Banco e moeda de apresentação das demonstrações contábeis consolidadas. Os ativos e passivos que são itens monetários são convertidos por taxas de câmbio à vista no final do período.

As variações cambiais decorrentes da conversão dos saldos em moeda estrangeira para a moeda funcional são reconhecidas pelo seu valor líquido como "Ganhos (perdas) líquidos com variação cambial" na demonstração consolidada de resultado.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa - são representados por disponibilidades em moeda nacional ou em moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 3 meses e sejam utilizados para gerenciamento dos compromissos de curto prazo (Nota 4).

d. Classificação dos instrumentos financeiros para fins de apresentação

- . "Disponibilidades" - saldos de caixa.
- . "Empréstimos e adiantamentos a clientes" - incluem os empréstimos e financiamentos concedidos a clientes pelo Consolidado, exceto os representados por títulos.
- . "Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras" - créditos de qualquer natureza, inclusive em operações realizadas no mercado aberto, em nome de instituições financeiras e outras entidades cujo funcionamento seja condicionado à autorização do Banco Central do Brasil, inclusive aqueles representados por títulos.
- . "Carteira de câmbio" – inclui operações de câmbio ativas e passivas.
- . "Instrumentos de dívida" - bônus e outros títulos que representam dívida para o emissor, rendem juros e foram emitidos de forma física ou escritural.
- . "Instrumentos de patrimônio" - instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como ações, com natureza de instrumentos de patrimônio para a emissora, exceto investimentos em subsidiárias, em entidades controladas ou em conjunto ou coligadas.
- . "Outros Ativos Financeiros" - são registradas nesta rubrica, principalmente, valores a receber da intermediação referente operações realizadas na Bolsa (exceto futuros).
- . "Outros Ativos" - referem-se, basicamente, a aplicações de recursos em pagamentos antecipados, de que decorrerão, para a entidade, benefícios ou prestação de serviços em períodos seguintes, e depósitos efetuados por determinação judicial.

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- " Instrumentos financeiros derivativos " - inclui o valor justo dos derivativos que não foram designados como instrumento de cobertura (hedge) em estruturas de cobertura contábil (hedge accounting).
- "Depósitos de clientes" - inclui os depósitos a prazo recebidos pelo Consolidado e todos os demais saldos credores do Consolidado junto aos seus clientes.
- "Depósitos de instituições financeiras" - depósitos de qualquer natureza, inclusive operações de crédito e no mercado aberto, recebidos em nome de instituições financeiras e outras entidades cujo funcionamento seja condicionado à autorização do Banco Central do Brasil.
- "Obrigações por empréstimos" - são representados por recursos captados em instituições financeiras do J.P.Morgan Chase Bank no exterior.
- "Outros passivos financeiros" - são registradas nesta rubrica, principalmente, valores a pagar para a Bolsa referente operações realizadas através dela (exceto futuros) e relações de interdependências.

e. Reconhecimento, classificação e mensuração de instrumentos financeiros (IFRS 9)

Tal pronunciamento estabelece requerimentos de classificação e mensuração dos instrumentos financeiros, avaliação de impairment e hedge accounting. Seguem principais aspectos:

Data de reconhecimento

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que o Consolidado se torna uma parte interessada na relação contratual do instrumento. Isso inclui compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega do ativo em tempo determinado estabelecido por regulamento ou padrão do mercado.

Classificação de instrumentos financeiros

No reconhecimento inicial os instrumentos financeiros são classificados, nas seguintes categorias:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado - essa categoria inclui os ativos financeiros que: (a) sejam designados em um modelo de negócios cujo objetivo é manter os instrumentos para coleta de fluxos de caixa contratuais; e (b) os termos contratuais do instrumento financeiro gerem fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor do principal em aberto.
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - essa categoria inclui os ativos financeiros que: (a) sejam designados em um modelo de negócios cujo objetivo é manter os instrumentos para coleta de fluxos de caixa contratuais e pela venda de instrumentos financeiros; e (b) os termos contratuais do ativo financeiro gerem fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor do principal em aberto.
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) - essa categoria inclui os ativos financeiros que não sejam designados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

outros resultados abrangentes.

- Passivos financeiros – São mensurados ao custo amortizado a não ser que sejam classificados a valor justo por meio do resultado devido ao modelo de negócio cuja característica seja de negociação.

Adicionalmente, no reconhecimento inicial, o Consolidado pode irrevogavelmente designar ao valor justo por meio do resultado ativos e passivos financeiros que atendam às exigências de mensuração ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, desde que tal designação elimine ou reduza substancialmente um descasamento contábil que poderia existir. Destacamos que tal opção não foi utilizada pelo Consolidado.

Modelo de negócios

Representa a forma como é efetuada a gestão dos instrumentos financeiros para gerar fluxos de caixa e depende das intenções de cada linha de negócios em relação a um instrumento individual. Os instrumentos financeiros podem ser administrados com o propósito de: i) obter fluxos de caixa contratuais; ii) obter fluxos de caixa contratuais e venda; ou iii) outros.

É necessária a aplicação do SPPI *test* para os ativos financeiros dos modelos de negócios i) e ii).

SPPI *test*

É a avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros, onde os fluxos de caixa devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Nos casos em que os termos contratuais introduzirem exposição a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa, tais como exposição a alterações nos preços de instrumentos de patrimônio ou preços de commodities, o ativo financeiro é classificado como ao valor justo por meio do resultado. Contratos híbridos devem ser avaliados como um todo, incluindo todas as características embutidas. A contabilização de um contrato híbrido que contenha derivativo embutido é efetuada de forma conjunta, ou seja, todo o instrumento é mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Reclassificação de categorias dos instrumentos financeiros

Os ativos financeiros só devem ser reclassificados subsequentemente ao seu reconhecimento inicial nos casos em que houver alteração no modelo de negócios das linhas de negócios do Consolidado.

Baixa de ativos financeiros e passivos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa se expiram ou quando o Consolidado transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo e tal transferência se qualifica para baixa de acordo com os requerimentos da IFRS 9.

Quando não for possível identificar a transferência de todos os riscos e benefícios, deve-se avaliar o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado à transação não impede a baixa. Se na avaliação ficar caracterizada a retenção de riscos e benefícios, o ativo financeiro permanece registrado e é efetuada o reconhecimento de um passivo pela contraprestação recebida.

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Quando não houver expectativas razoáveis de recuperação de um ativo financeiro, considerando curvas históricas, sua baixa total ou parcial é realizada simultaneamente com a reversão da provisão para perda de crédito esperada relacionada, sem efeitos na Demonstração Consolidada do Resultado. As recuperações subsequentes dos valores anteriormente baixados são contabilizados como receita na Demonstração Consolidada do Resultado.

O Consolidado baixa um passivo financeiro quando a obrigação especificada no contrato for liberada, cancelada ou vencer.

Compensação

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Taxa de juros efetiva

É a taxa que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro. No caso dos instrumentos financeiros de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, ágios ou deságios, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza e materialidade, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de taxa variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

Instrumentos de patrimônio

São instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como ações, com natureza de instrumentos de patrimônio para a emissora, exceto investimentos em subsidiárias, em entidades controladas ou em conjunto ou coligadas.

O Consolidado mensura todos os seus instrumentos de patrimônio ao valor justo por meio do resultado, exceto quando a linha de negócio escolhe, no reconhecimento inicial, designar, irrevogavelmente, um instrumento de patrimônio como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se for mantido com outro propósito que não apenas gerar retornos. Quando esta escolha é feita, os ganhos e perdas no valor justo do instrumento são reconhecidos no Resultado Abrangente Acumulado e não são reclassificados subsequentemente para a Demonstração Consolidada do Resultado, mesmo na venda. Dividendos continuam a ser reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado quando o direito do Consolidado é estabelecido.

Ganhos e perdas em instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio do resultado são contabilizados na Demonstração Consolidada do Resultado.

Mensuração dos ativos e passivos financeiros

Os ativos financeiros classificados nas categorias VJORA e VJR são mensurados ao valor justo.

Em geral, os passivos financeiros, exceto os derivativos e determinadas operações compromissadas, são mensurados ao custo amortizado.

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor justo na data do negócio equivale ao preço de transação. As mudanças do valor justo dos derivativos desde a data do negócio são reconhecidas na rubrica "Ganhos (perdas) líquidos com ativos e passivos financeiros da demonstração consolidada de resultado. Especificamente, o valor justo dos derivativos financeiros negociados em bolsa incluídos nas carteiras de ativos ou passivos financeiros é considerado equivalente ao seu preço cotado diariamente. Se, por razões excepcionais, não for possível apurar o preço cotado em uma data específica, esses derivativos são mensurados adotando-se métodos similares aos utilizados para mensurar os derivativos negociados em mercado de balcão.

O valor justo dos derivativos negociados em mercado de balcão é considerado equivalente à soma dos fluxos de caixa futuros resultantes do instrumento, descontados a valor presente na data da mensuração ("valor presente"), adotando-se técnicas de avaliação comumente adotadas pelos mercados financeiros: Valor Presente Líquido - VPL, modelos de precificação de opções e outros métodos.

Os Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, adotam o método dos juros efetivos. O "custo amortizado" é o custo de aquisição de um ativo ou passivo financeiro, adicionados ou subtraídos, conforme o caso, os pagamentos do principal e a amortização acumulada.

Os valores pelos quais os ativos financeiros são reconhecidos representam, sob todos os aspectos relevantes, a exposição máxima do Consolidado ao risco de crédito na data de cada uma das demonstrações financeiras.

Reconhecimento de variações do valor justo

Como regra geral, variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros classificados como "VJR" são reconhecidas na demonstração consolidada de resultado na rubrica "Ganhos (perdas) líquidos com ativos e passivos financeiros".

Ajustes devidos a variações no valor justo decorrentes de ativos financeiros classificados como VJORA são reconhecidos temporariamente no resultado abrangente na rubrica "Variação do valor justo dos ativos disponíveis para venda". Itens debitados ou creditados a essa conta permanecem no patrimônio líquido até que os respectivos ativos sejam baixados, quando então são lançados para resultado.

Redução ao valor recuperável ("impairment")

O Consolidado reconhece provisões para perdas de crédito esperadas com relação aos instrumentos financeiros que não são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Nenhuma perda por redução ao valor recuperável ("impairment") é reconhecida em instrumentos de capital.

O Consolidado mensura as provisões para perdas a um valor igual às perdas de crédito esperadas durante a vida útil, exceto para os instrumentos abaixo, para os quais são registradas como perdas de crédito esperadas em 12 meses:

- instrumentos de dívida que apresentam um baixo risco de crédito na data de encerramento; e
- outros instrumentos financeiros nos quais o risco de crédito não aumentou substancialmente desde o seu reconhecimento inicial.

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Mensuração das perdas de crédito esperadas

O Consolidado estima a perda por redução ao valor recuperável de crédito por meio de uma provisão para perdas esperadas de crédito (“ECLs”). As ECLs são reconhecidas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado ou pelo valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA) e para compromissos específicos relacionados a empréstimos, tais como compromissos de empréstimos e contratos de garantia financeira. A medição das ECLs deve refletir:

- (a) Uma quantidade ponderada e imparcial de probabilidades que é determinada pela avaliação de uma gama de resultados possíveis;
- b) O valor do dinheiro no tempo; e
- c) Informações razoáveis e passíveis de verificação sobre eventos passados, condições econômicas atuais e previsões de condições econômicas futuras.

A mensuração da ECL também reflete como o Consolidado administra os instrumentos financeiros.

Informações, premissas e técnicas utilizadas na estimativa da redução ao valor recuperável (“impairment”)

I. Classificação dos instrumentos financeiros por estágios

Os requerimentos de avaliação da redução ao valor recuperável de ativos financeiros são medidos usando um modelo de três estágios com base nas mudanças na qualidade de crédito do instrumento financeiro desde que foi inicialmente reconhecido:

- Estágio 1 - instrumentos financeiros ativos que não tiveram um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial;
- Estágio 2 - instrumentos financeiros ativos que experimentaram um aumento significativo no risco de crédito; e
- Estágio 3 - instrumentos financeiros que foram considerados como ativos problemáticos.

Instrumentos financeiros classificados no estágio 3

Os instrumentos financeiros são incluídos no Estágio 3 quando houver evidência objetiva de redução do valor recuperável na data do balanço. Para os instrumentos Estágio 3, a ECL é calculada considerando a probabilidade de inadimplência sobre a vida útil remanescente de cada instrumento em uma base de ativo individual e a receita de juros é calculada sobre o valor contábil líquido (isto é, líquido da provisão para perdas de crédito).

Os ativos financeiros são considerados para fins de avaliação de perda de crédito e incluídos no Estágio 3 quando um ou mais dos seguintes eventos afetam negativamente os fluxos de caixa futuros estimados:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou do tomador;
- Quando houver atraso ou não pagamento;
- O Consolidado viabiliza uma concessão ao tomador por razões econômicas ou contratuais relacionadas à dificuldade financeira da contraparte;

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Tornou-se provável que o tomador entrará em falência ou sofra reorganização societária;
- Um mercado ativo para aquele ativo financeiro não existe mais por causa das dificuldades financeiras do tomador; ou
- Um ativo financeiro é comprado ou originado com um grande desconto que reflete uma perda de crédito incorrida.

Os critérios acima são consistentes com a forma como o Consolidado define '*default*' para fins internos de gerenciamento de risco de crédito.

Considera-se que um ativo financeiro deixou de estar em *default* quando o tomador efetuou pagamentos por um período mínimo de seis meses e há outra evidência objetiva de melhoria de crédito.

Instrumentos financeiros classificados no estágio 2

Os instrumentos financeiros que tiveram um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial para o qual não há evidência objetiva de *impairment* estão incluídos no Estágio 2.

Para instrumentos no estágio 2, a avaliação da redução ao valor recuperável é calculada considerando a probabilidade de não pagamento ao longo da vida restante do instrumento em uma base coletiva e a receita de juros é calculada sobre o valor contábil bruto do ativo.

O Consolidado avalia a evidência de aumento significativo no risco de crédito considerando se houve uma mudança no risco de ocorrência de inadimplência desde que o instrumento financeiro foi inicialmente reconhecido. Para tal análise são considerados os seguintes fatores:

Critérios quantitativos

O Consolidado determina se a probabilidade de uma inadimplência (PD) ocorrer mudou entre o reconhecimento inicial de instrumentos financeiros e a data do balanço. Se a alteração no PD exceder certos limiares relativos e absolutos, o instrumento passou por um aumento significativo no risco de crédito. A avaliação da PD leva em consideração informações razoáveis e suportáveis, incluindo informações sobre eventos passados, condições econômicas atuais e futuras.

Critérios qualitativos

O Consolidado monitora os tomadores que podem ser prejudicados, incluindo-os em sua lista de observação. Os que estão na lista de observação são considerados como tendo experimentado um aumento significativo no risco de crédito. O Consolidado também monitora as mudanças nos ratings internos de risco de crédito (em relação ao *rating* de crédito no reconhecimento inicial) e os gatilhos de inadimplência para determinar se um tomador sofreu um aumento significativo no risco de crédito.

Os instrumentos financeiros que estão no Estágio 2 são movidos para o Estágio 1 no período em que os critérios quantitativos e qualitativos para um aumento significativo no risco de crédito não existirem mais.

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Instrumentos financeiros classificados no estágio 1

Os instrumentos financeiros que não tiveram um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial estão incluídos no Estágio 1 a menos que sejam comprados ou originados com problemas de crédito. Para os instrumentos no Estágio 1, a provisão para perdas é calculada considerando a probabilidade de *default* nos 12 meses após a data de reporte numa base coletiva e a receita de juros é calculada sobre o valor contábil bruto do ativo.

II. Metodologia de estimativa de perda esperada “*impairment*”

Os seguintes fatores são considerados para a mensuração de perda esperada:

- PD: O modelo estima a probabilidade de *downgrade* e a inadimplência a cada trimestre. As PDs de 12 meses de duração e para vida toda da operação representam a probabilidade de inadimplência que ocorre nos próximos 12 meses e o vencimento remanescente do instrumento, respectivamente. O modelo considera variáveis como região, indústria, segmento específico e outras informações específicas do cenário e do tomador. As PDs são determinadas por operação com base nas classificações de risco e outras características.
- EAD: O modelo prevê a exposição bruta em caso de inadimplência do tomador como uma porcentagem do compromisso total na data de relatório em um determinado ambiente macroeconômico. O modelo estima a probabilidade de mudança na utilização e na direção e magnitude dessa mudança. As variáveis consideradas incluem exposição e utilização na data do relatório, finalidade da operação, indústria e fatores macroeconômicos.
- LGD: O modelo estima as perdas esperadas em determinados ambientes macroeconômicos na EAD, dado o evento de inadimplência e, levando em conta, entre outros atributos, o efeito mitigador da garantia e o valor do dinheiro no tempo.

A ECL de 12 meses é calculada multiplicando a PD de 12 meses, EAD e LGD. A ECL para a vida toda da operação é calculada usando a PD para esse mesmo período

f. Ativo tangível

O ativo tangível inclui o valor de sistemas de processamento de dados, sistemas de comunicação, instalações e móveis e equipamentos de uso de propriedade das entidades consolidadas e outros, sendo apresentado pelo custo de aquisição menos a respectiva depreciação acumulada e qualquer perda por redução no valor recuperável (valor contábil líquido superior ao valor recuperável).

Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição adicionado de todos os custos incrementais necessários para colocar o ativo em local e condição de uso, sendo que os custos incorridos posteriormente com estes ativos são imediatamente reconhecidos na rubrica de "despesas administrativas".

A depreciação é determinada pelo método linear com base na vida útil estimada de cada bem. As entidades consolidadas avaliam, na data-base das informações financeiras, se há qualquer indicação de que um ativo pode ser não recuperável (ou seja, seu valor contábil excede seu valor recuperável). Caso tal situação ocorra, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil remanescente (se a vida útil precisar ser reestimada)

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

g. Ativo intangível

O ativo intangível representa ativos identificáveis (separáveis de outros ativos) sem substância física que resultem de um direito legal ou outro tipo de contrato que dê ao Consolidado o controle efetivo do ativo ou que sejam desenvolvidos internamente pelas entidades consolidadas. Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais as entidades consolidadas considerem provável a geração de benefícios econômicos futuros.

Ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção, mais os custos para colocá-los em situação e condição de uso. Estes ativos são subsequentemente mensurados ao custo de aquisição menos qualquer amortização acumulada e quaisquer descontos ao valor recuperável.

São compostos substancialmente por carteira de clientes e código fonte, sem vida útil definida.

Para avaliação do valor recuperável do ativo (teste de impairment), e consequente contabilização da amortização no resultado, foi utilizado a aplicação do critério de fluxo de caixa descontado, indicadores de mercado e estimativas de benefícios futuros.

h. Provisões

As provisões são saldos credores representativos de obrigações presentes (legais ou presumidas) na data do balanço patrimonial decorrentes de eventos passados cuja ocorrência seja considerada provável e cuja natureza seja certa, embora o valor e/ou época sejam incertos.

As demonstrações contábeis do consolidado incluem todas as provisões substanciais em relação às quais se considere provável de que a obrigação tenha de ser liquidada.

Provisões são utilizadas para suprir as obrigações específicas para as quais foram originalmente reconhecidas. Tais provisões são constituídas com base nas melhores informações disponíveis sobre os eventos que lhe deram origem, sendo revisadas e ajustadas (quando necessários) ao final do período. Os eventos futuros que podem afetar o valor exigido para liquidar uma obrigação são refletidos no valor das provisões nas hipóteses em que exista evidência objetiva de sua ocorrência. Provisões são total ou parcialmente revertidas quando essas obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

i. Passivos contingentes

O Consolidado revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da administração, levando em consideração o parecer de assessores jurídicos quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

Para as contingências classificadas como "Prováveis", são constituídas provisões reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores.

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

j. Garantias financeiras

Garantias financeiras são definidas como contratos pelos quais uma entidade se compromete a efetuar pagamentos específicos em nome de um terceiro se este não o fizer, independentemente das diversas formas jurídicas que possam ter.

As garantias financeiras são revisadas periodicamente para a determinação do risco de crédito a que estão expostas e, conforme o caso, para considerar se uma provisão é necessária. As provisões para garantias financeiras estão detalhadas na nota 8 (d).

k. Ativos sob administração

Ativos de terceiros administrados pelas entidades consolidadas não são apresentados no corpo do balanço patrimonial consolidado. As taxas de administração dos respectivos ativos administrados são reconhecidas na rubrica "Receitas de tarifas e comissões" na demonstração consolidada do resultado, de acordo com a competência da prestação do serviço.

l. Benefícios a funcionários

Plano de pensão

O Consolidado é um dos patrocinadores da Multiprev Fundo Múltiplo de Pensão constituído sob a modalidade de contribuição definida. As reservas matemáticas individuais são atribuídas a cada participante e calculadas de acordo com fórmulas e hipóteses atuariais sendo o benefício apurado com base nas contribuições vertidas.

Unidade de ações restritas

Os funcionários elegíveis do Consolidado participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). A mensuração das RSUs é baseada no número de ações concedidas multiplicado pelo valor da ação na data da concessão (valor justo). O Consolidado registra as despesas do exercício com plano de benefícios em ações no resultado em contrapartida ao Patrimônio Líquido. Em função da existência de um acordo de repagamento à matriz dos benefícios concedidos, o Consolidado registra um passivo em contrapartida ao Patrimônio Líquido. Os efeitos de variação cambial desse passivo, convertido pela taxa do dia, são registrados em contrapartida ao resultado (Nota 21 (b)). Esse acordo prevê o pagamento do menor valor entre *grant* e *vesting*, assim se valor do *vesting* for menor que o valor do *grant* no repagamento à matriz, haverá aumento da reserva de capital do Consolidado.

m. Impostos

A provisão do Imposto de Renda (IRPJ) corrente foi calculada à alíquota de 25%. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 15% para os meses de janeiro e fevereiro de 2020 para todas as entidades financeiras. A partir de março de 2020, a CSLL corrente foi calculada à alíquota de 20% para as instituições bancárias, conforme Instrução Normativa 1.942. Para as instituições não bancárias a alíquota da CSLL permanece em 15%.

Ativo e passivo fiscais diferidos são calculados sobre prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL, bem como sobre ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL, sendo registrados contabilmente

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Considerando nossas perspectivas de realização, em 31 de dezembro de 2020:

- (i) o crédito tributário de IRPJ foi calculado mediante a utilização da alíquota de 25% sobre prejuízo fiscal e ajustes temporários a serem realizados;
- (ii) para as instituições financeiras não bancárias, o crédito tributário relativo à CSLL foi calculado mediante a utilização da alíquota de 15% sobre base negativa e ajustes temporários a serem realizados; e
- (iii) para as instituições financeiras bancárias, o crédito tributário relativo à CSLL foi calculado mediante a utilização da alíquota de 20% sobre base negativa e ajustes temporários a serem realizados.

São reconhecidos sobre perdas tributárias na medida em que é provável que o lucro tributável esteja disponível no período em que as perdas poderão ser utilizadas. Um julgamento é requerido para determinar o montante de ativo tributário diferido que deve ser reconhecido, com base no fluxo provável de lucro tributável futuro, e em conjunto com estratégias de planejamento tributário, se houver.

n. Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios do Consolidado que foram adquiridos por ele (ações em tesouraria) são deduzidos do patrimônio líquido e contabilizados utilizando o custo médio ponderado. Valores pagos ou recebidos na compra, na venda, na emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no lucro ou prejuízo na compra, na venda, na emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios.

o. Dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos e juros sobre capital próprio são calculados e pagos conforme as Demonstrações Contábeis preparadas de acordo com o as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo BACEN .

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio pagos são apresentados como uma redução do Patrimônio Líquido.

p. Estimativas e premissas críticas

Os impactos mais significativos em saldos de ativos, passivos, receitas e despesas e nas divulgações de notas explicativas, estão descritos nas notas 3 (e (II)), 3 (i), 14 e 24 (II).

q. Lucro por ação

O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuído aos controladores do J. P. Morgan pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em cada exercício. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O montante do lucro por ação foi determinado como se todos os lucros fossem distribuídos e calculados de acordo com os requerimentos do IAS 33 – Lucros por ação.

r. Reconhecimento de receita e despesa

Os critérios mais significativos utilizados pelo Consolidado para reconhecer suas receitas e despesas são resumidos a seguir:

Receita e despesa com juros e similares

Receitas e despesas de juros e similares são reconhecidas no resultado pelo prazo dos instrumentos financeiros originados (regime de competência) por meio da utilização do método da taxa de juros efetiva.

Receita de tarifas e comissões

O Consolidado auferir receita de taxas e comissões por meio de diversos tipos de serviços que fornece aos seus clientes. Receita provenientes de taxas pode ser segregada nas seguintes categorias:

Taxas auferidas com a prestação de serviços ao longo do período são apropriadas ao longo do mesmo período. Essas taxas incluem receita de comissão e gerenciamento de ativos, custódia e outras taxas de gerenciamento e assessoria.

Taxas decorrentes de negociações ou da participação em negociações com terceiros, como, por exemplo, contrato de aquisição de ações ou outros títulos ou a aquisição ou venda de um negócio, são reconhecidas ao término da transação que gerou a taxa. Taxas ou componentes de taxas que são provavelmente relacionadas com performance específica são reconhecidas depois de cumprir o critério específico.

s. Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa

Os termos, a seguir, são usados na demonstração consolidada dos fluxos de caixa com os seguintes significados:

- . Caixa e equivalentes de caixa - são representados por disponibilidades em moeda nacional ou em moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva da aplicação seja igual ou inferior a 3 meses e sejam utilizados para gerenciamento dos compromissos de curto prazo.
- . Fluxos de caixa - são entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa.
- . Atividades operacionais - são as principais atividades geradoras de receita de uma entidade e outras que não sejam atividades de financiamento ou de investimento.
- . Atividades de investimento - são a aquisição e a alienação de ativos de longo prazo e outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa.
- . Atividades de financiamento - são atividades que resultam em mudanças no tamanho e na composição do patrimônio líquido e no endividamento da entidade.

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4. Caixa e equivalentes de caixa

Para fins da Demonstração Consolidada de Fluxos de Caixa, o valor de Caixa e Equivalentes a Caixa é composto pelos seguintes itens (montantes com prazos originais de vencimento igual ou inferior a 3 meses):

	2020	2019
Disponibilidades	17.430	20.663
Aplicações em operações compromissadas	55.533.918	31.095.727
Aplicações em moeda estrangeira	2.588.461	134.648
Total	58.139.809	31.251.038

5. Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado – Instrumentos de dívida, patrimônio e empréstimos e adiantamentos

Para cálculo do valor de mercado da carteira de ativos financeiros são utilizados os seguintes critérios:

. Títulos públicos federais, títulos privados: apurado com base nos preços médios de negociação ou pelo valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação. Os títulos públicos têm seus preços ajustados para refletir o preço observável no mercado, conforme publicado pela ANBIMA. Títulos classificados como VJORA, que não se enquadram como para VJR nem como custo amortizado. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido denominada “ajuste de avaliação patrimonial”, deduzidos dos efeitos tributários.

. Ações: cotação de fechamento divulgada pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3).

. Operações compromissadas: Os valores justos foram estimados por meio do cálculo de fluxo de caixa descontado através das taxas de juros oferecidas no mercado considerando prazos e vencimentos similares.

	2020		
Ativos financeiros - VJR	Valor de Custo	Ganhos /(perdas)	Valor Mercado
Instrumentos de dívida	22.130.770	158.809	22.289.579
Títulos da Dívida do Governo Brasileiro	21.377.227	164.434	21.541.661
Debêntures	753.543	(5.625)	747.918
Instrumentos de patrimônio	438.553	13.315	451.868
Ações listadas em bolsa	387.234	13.315	400.549
Cotas de fundos de investimento	51.319	-	51.319
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	49.393.658	(3.556)	49.390.102
Aplicações em operações compromissadas	49.393.658	(3.556)	49.390.102
Total	71.962.981	168.568	72.131.549

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativos financeiros - VJR	2019		
	Valor de Custo	Ganhos /(perdas)	Valor Mercado
Instrumentos de dívida	4.250.545	9.135	4.259.680
Títulos da Dívida do Governo Brasileiro	3.491.054	9.044	3.500.098
Debêntures	759.491	91	759.582
Instrumentos de patrimônio	368.363	5.128	373.491
Ações listadas em bolsa	318.164	5.128	323.292
Cotas de fundos de investimento	50.199	-	50.199
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	27.794.396	981	27.795.377
Aplicações em operações compromissadas	27.794.396	981	27.795.377
Total	32.413.304	15.244	32.428.548

6. Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado – Instrumentos financeiros derivativos

O Consolidado participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias e de seus clientes, com o objetivo de reduzir sua exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros. A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias de operação, estabelecimento de sistemas de controles e determinação de limites de risco de mercado das posições.

As operações com instrumentos financeiros derivativos geralmente representam compromissos futuros ou direitos para trocar moedas ou indexadores, para comprar ou vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos ou, ainda, compromissos ou direitos para trocar pagamentos futuros de juros.

Os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações a termo, operações com opções, operações de futuros e operações de *swaps* estão classificados na categoria de instrumentos financeiros derivativos não considerados como *hedge*, sendo assim avaliados a valor de mercado em contrapartida às contas de receita ou despesa, no resultado do período.

Para cálculo do valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos são utilizados os seguintes critérios:

- *Swaps* e termos - apurado com base nos preços médios de negociação ou pelo valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação.
- Ações - cotação de fechamento divulgada pela B3.
- Opções - modelo de precificação "Black & Scholes" e modelos internos, quando o modelo "Black & Scholes" não é aplicável.
- Futuros - cotações e taxas publicadas pela B3.

Para os ativos financeiros são realizados ajustes resultantes dos procedimentos de avaliação de apreçamento prevista pela Resolução nº 4.277. A avaliação da necessidade de ajuste independe da metodologia de apreçamento adotada, sendo observados critérios de prudência, relevância e confiabilidade.

CVA (Credit Valuation Adjustment): São realizados ajustes para os derivativos de balcão em decorrência de variação da qualidade creditícia da contraparte quando o preço de mercado de um

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

instrumento financeiro (ou parâmetro utilizado para avaliar um instrumento financeiro) não é indicativo da qualidade de crédito da contraparte. A prática de mercado está pautada na premissa de que ao cotar preços, todas as contrapartes em operações de derivativos no mercado de balcão organizado têm a mesma qualidade de crédito. Portanto, é necessário um ajuste para refletir a qualidade de crédito de cada contraparte para se chegar ao valor de mercado. O ajuste também considera fatores contratuais destinados a reduzir a exposição de crédito do Consolidado para cada contraparte, tais como garantias e direitos de compensação.

As garantias dadas nas operações de instrumentos financeiros derivativos junto à B3 são representadas por títulos públicos federais e totalizam R\$ 9.413.360 (2019 - R\$ 2.189.917). Os derivativos ativos e passivos são apresentados de forma líquida no Balanço Patrimonial uma vez que o Consolidado possui acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional e porque atende os critérios de compensação do parágrafo 42 do IAS 32 – Instrumentos Financeiros. O quadro abaixo demonstra esse efeito de compensação (*offsetting*):

	2020		2019	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Operações de "swap"	1.981.650	7.215.304	549.301	2.751.181
Operações a termo	-	130	-	25
Operações com opções	2.239.401	2.354.227	1.131.930	1.206.045
Operações com futuros	-	194.330	-	119.739
Outros derivativos	1.295.459	1.627.586	426.279	1.067.131
Total operações	5.516.510	11.391.577	2.107.510	5.144.121
Efeito do <i>offsetting</i> – transferido	(1.373.460)	(794.711)	(565.779)	(296.814)
Efeito do <i>offsetting</i> – recebido	(794.711)	(1.373.460)	(296.814)	(565.779)
Total do efeito do <i>offsetting</i>	(2.168.171)	(2.168.171)	(862.593)	(862.593)
Total	3.348.339	9.223.406	1.244.917	4.281.528

Abaixo, composição dos derivativos, antes do processo de *offsetting*, (ativos e passivos) por tipo de instrumento, demonstrada pelo seu valor de custo e de mercado.

	Valor de custo corrigido	Ganhos / (Perdas) não realizados	Valor Justo	
			2020	2019
Ativo	4.794.535	721.975	5.516.510	2.107.510
Operações de <i>swap</i>	1.892.065	89.585	1.981.650	549.301
Operações com opções	1.498.410	740.991	2.239.401	1.131.930
Outros derivativos	1.404.060	(108.601)	1.295.459	426.279
Passivo	9.553.182	1.838.395	11.391.577	5.144.121
Operações de <i>swap</i>	6.074.136	1.141.168	7.215.304	2.751.181
Operações a termo	-	130	130	25
Operações com opções	1.393.529	960.698	2.354.227	1.206.045
Operações com futuros	194.330	-	194.330	119.739
Outros derivativos	1.891.187	(263.601)	1.627.586	1.067.131

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os contratos de derivativos estão segregados da seguinte forma:

	Até três meses	Três a doze meses	Um a três anos	Acima de três anos	Total	
					2020	2019
Ativo	781.410	1.267.287	1.209.635	2.258.178	5.516.510	2.107.510
Operações de <i>swap</i>	24.231	117.778	1.072.505	767.136	1.981.650	549.301
Operações com opções	329.570	303.406	116.043	1.490.382	2.239.401	1.131.930
Outros derivativos	427.609	846.103	21.087	660	1.295.459	426.279
Passivo	1.991.132	1.732.128	3.169.073	4.499.244	11.391.577	5.144.121
Operações de <i>swap</i>	853.623	605.254	2.841.787	2.914.640	7.215.304	2.751.181
Operações com opções	473.085	331.026	138.106	1.412.010	2.354.227	1.206.045
Operações de futuros	194.330	-	-	-	194.330	119.739
Operações a termo	130	-	-	-	130	25
Outros derivativos	469.964	795.848	189.180	172.594	1.627.586	1.067.131

Os contratos de derivativos (valor nominal) possuem os seguintes vencimentos:

	Até três meses	Três a doze meses	Um a três anos	Acima de três anos	Total	
					2020	2019
Operações de <i>swap</i>	9.189.918	15.499.168	14.065.758	22.144.305	60.899.149	40.117.297
Operações com opções - compra	10.930.639	6.798.129	2.481.741	3.290.156	23.500.665	19.418.095
Operações com opções - venda	8.695.514	7.766.884	2.635.533	3.577.608	22.675.539	19.484.178
Operações a termo	98.118	-	-	-	98.118	116.329
Outros derivativos	20.514.757	24.690.350	1.860.080	816.755	47.881.943	23.834.632

Ganhos e (perdas) realizados e não realizados na carteira de derivativos:

	2020		2019	
	Realizados	Não Realizados	Realizados	Não Realizados
<i>Swap</i>	2.630.121	(1.051.583)	502.809	(478.922)
Termo	509	(130)	135	(25)
Futuros	6.460.167	-	102.395	-
Opções	1.306.399	(219.707)	241.648	(115.066)
Outros derivativos	141.908	155.000	(505.715)	106.476
Total	10.539.104	(1.116.420)	341.272	(487.537)

A entidade deve classificar as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflita a significância dos inputs usados no processo de mensuração.

Nível 1 - as informações observáveis que refletem os preços cotados para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos. Um mercado ativo é aquele no qual as transações para o ativo ou passivo que está sendo mensurado geralmente ocorre com a frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação continuamente.

Nível 2 - as informações que não os preços cotados incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo direta ou indiretamente. O Nível 2 inclui geralmente: (i) preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos; (ii) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos, isto é, mercados nos quais há poucas transações para o ativo ou passivo, os preços não são correntes, ou as cotações de preço variam substancialmente ao longo do tempo ou entre os especialistas no mercado de balcão (*market makers*), ou nos quais poucas

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

informações são divulgadas publicamente; (iii) as informações que não os preços cotados que são observáveis para o ativo ou passivo (por exemplo, taxas de juros e curvas de rentabilidade observáveis em intervalos cotados regularmente, volatilidades, etc.); (iv) as informações que são derivadas principalmente de ou corroboradas por dados do mercado observáveis através de correlação ou por outros meios.

Nível 3 - as informações não são observáveis para o ativo ou passivo. As informações não observáveis devem ser usadas para mensurar o valor justo na proporção em que as informações observáveis não estão disponíveis, permitindo, dessa forma, que as situações nas quais há pouca, se houver, atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração.

Abaixo segue composição dos valores patrimoniais, sem considerar o offsetting dos derivativos:

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
				2020
Ativos financeiros – VJR e VJORA				
Títulos da dívida do governo brasileiro	22.338.811	-	-	22.338.811
Operações compromissadas	-	49.390.102	-	49.390.102
Debêntures	-	747.918	-	747.918
Cotas de fundos de investimento	-	51.319	-	51.319
Ações listadas em bolsa	400.549	-	-	400.549
Instrumentos financeiros derivativos				
Operações de <i>swap</i>	-	1.968.773	12.877	1.981.650
Opções flexíveis	-	1.951.192	-	1.951.192
Opções listadas	288.209	-	-	288.209
Outros derivativos	-	1.295.459	-	1.295.459
Passivos financeiros				
Instrumentos financeiros derivativos				
Operações de <i>swap</i>	-	7.215.304	-	7.215.304
Opções flexíveis	-	1.885.517	-	1.885.517
Opções listadas	468.710	-	-	468.710
Futuros	194.330	-	-	194.330
Operações a termo	-	130	-	130
Outros derivativos	-	1.627.586	-	1.627.586
Outros passivos financeiros				
Obrigações por empréstimos	-	3.790.976	-	3.790.976
Carteira de câmbio	-	24.534	-	24.534

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
				2019
Ativos financeiros – VJR e VJORA				
Títulos da dívida do governo brasileiro	3.500.098	-	-	3.500.098
Operações compromissadas	-	27.795.377	-	27.795.377
Debêntures	-	759.582	-	759.582
Cotas de fundos de investimento	-	50.199	-	50.199
Ações listadas em bolsa	323.292	-	-	323.292
Instrumentos financeiros derivativos				
Operações de <i>swap</i>	-	544.157	5.144	549.301
Opções flexíveis	-	895.387	-	895.387
Opções listadas	236.543	-	-	236.543
Outros derivativos	-	426.279	-	426.279
Passivos financeiros				
Instrumentos financeiros derivativos				
Operações de <i>swap</i>	-	2.751.181	-	2.751.181
Opções flexíveis	-	960.433	-	960.433
Opções listadas	245.612	-	-	245.612
Futuros	119.739	-	-	119.739
Operações a termo	-	25	-	25
Outros derivativos	-	1.067.131	-	1.067.131
Outros passivos financeiros				
Obrigações por empréstimos	-	7.504.062	-	7.504.062
Carteira de câmbio	-	47.242	-	47.242

Movimentação das operações Nível 3:
(Instrumentos financeiros derivativos líquidos)

	2020	2019
Saldo inicial	5.144	3.203
Vencimento de operações	-	(73)
Resultado das operações no exercício	7.733	2.014
Saldo final	12.877	5.144

Não houve reclassificação entre nível 1 e 2 e nível 2 e 3 nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

7. Ativos Financeiros mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)

	2020		
Ativos financeiros - VJORA	Valor de Custo	Ganhos /(perdas)	Valor Mercado
Instrumentos de dívida	796.500	650	797.150
Títulos da Dívida do Governo Brasileiro	796.500	650	797.150

O Consolidado não possuía ativos financeiros classificados na categoria Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8. Ativos Financeiros mensurados ao Custo Amortizado

a. Empréstimos e adiantamentos a clientes

A carteira de crédito é composta pelos ativos financeiros listados abaixo:

Ativo Financeiro	2020	2019
	Valor de Custo	Valor de Custo
Empréstimos	1.481.598	618.882
Títulos descontados	541.314	239.041
Financiamentos	199.463	481.848
Empréstimos de ação	2.918	50.763
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	1.484.964	1.390.737
Total	3.710.257	2.781.271

A totalidade dos empréstimos e adiantamentos a clientes, no montante de R\$ 3.710.257 (2019: R\$ 2.781.271), está concentrada no setor privado, não havendo operações com o governo.

Nos exercícios de 2020 e 2019 o Consolidado não possuía operações de crédito em atraso.

Situação de vencimento da carteira:

Empréstimos e adiantamentos a clientes	2020	2019
Vencimentos em até um ano	2.262.230	2.169.976
Vencimentos após um ano	1.448.027	611.295
Total	3.710.257	2.781.271

b. Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras

Ativo Financeiro	2020	2019
	Valor de Custo	Valor de Custo
Aplicações em moeda estrangeira	2.588.461	134.648
Aplicações em operações compromissadas	6.143.817	3.300.348
Total	8.732.278	3.434.996

As operações com instituições financeiras são todas de curto prazo.

c. Outros ativos financeiros

Ativo Financeiro	2020	2019
	Valor de Custo	Valor de Custo
Negociação e intermediação de valores	878.668	353.862
Outros	281	281
Total	878.949	354.143

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

d. Classificação por estágios e provisão para perda esperada

	Estágios			2020
	1	2	3	Total
Ativo Financeiro				
Empréstimos e adiantamentos a clientes	3.415.368	242.135	81.521	3.739.024
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	8.732.278	-	-	8.732.278
Outros ativos financeiros	878.949	-	-	878.949
(-) Perda esperada	(22.521)	(6.246)	-	(28.767)
Total	13.004.074	235.889	81.521	13.321.484
				2019
	Estágios	Total		
Ativo Financeiro	1			
Empréstimos e adiantamentos a clientes	2.783.859	2.783.859		
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	3.434.996	3.434.996		
Outros ativos financeiros	354.143	354.143		
(-) Perda esperada	(2.588)	(2.588)		
Total	6.570.410	6.570.410		

Em 2020 foram classificados no estágio 3, ativos problemáticos que apresentaram evidências objetivas de redução do valor recuperável, apresentando um ou mais dos indícios descritos na nota 3 (e (I)). Estes ativos foram renegociados e reestruturados, e estão apresentados pelo valor líquido de provisão conforme indicado pelas normas internacionais. Não houve reestruturação de ativos problemáticos no exercício de 2019.

Em 2020 houve recuperação de crédito no valor de R\$ 22.527. Não houve recuperação de créditos em 2019.

Adicionalmente o Consolidado possui provisão para perda esperada para garantias prestadas a clientes conforme abaixo:

	Estágios		2020
	1	2	Total
Ativo Financeiro			
Fianças, avais e outras garantias prestadas a clientes	1.404.072	293.645	1.697.717
(-) Perda esperada	(11)	(10)	(21)
Total	1.404.061	293.635	1.697.696
			2019
	Estágios	Total	
Ativo Financeiro	1		
Fianças, avais e outras garantias prestadas a clientes	2.346.448	2.346.448	
(-) Perda esperada	(974)	(974)	
Total	2.345.474	2.345.474	

Os contratos de empréstimos e adiantamentos a clientes classificados no estágio 2 referem-se a operações que apresentaram deterioração na classificação por risco de crédito durante o exercício de 2020. Fianças, avais e outras garantias também apresentaram deterioração no risco de crédito durante 2020 e foram reclassificados do estágio 1 para o estágio 2.

O saldo de R\$ 81.521 classificado no estágio 3 refere a uma operação iniciada no ano de 2020.

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9. Ativo tangível

	Saldo inicial - 2020			Movimentação - 2020				Saldo final - 2020		
	Custo	Depreciação (*)	Total	Adições	Baixa	Depreciação	Baixa de depreciação	Custo	Depreciação (*)	Total
Imobilizações em curso	360	-	360	1.662	(860)	-	-	1.162	-	1.162
Imóveis de uso	100.060	(11.969)	88.091	10.816	(22)	(11.680)	-	98.885	(11.680)	87.205
Instalações, móveis e equipamentos de uso	32.492	(6.346)	26.146	131	(447)	(5.884)	-	25.830	(5.884)	19.946
Sistema de processamento de dados	10.590	1.592	12.182	12.552	(5.902)	(6.420)	6.636	18.832	216	19.048
Outros	10.694	(1.591)	9.103	2.120	(6.809)	(2.202)	5.374	4.414	3.172	7.586
	<u>154.196</u>	<u>(18.314)</u>	<u>135.882</u>	<u>27.281</u>	<u>(14.040)</u>	<u>(26.186)</u>	<u>12.010</u>	<u>149.123</u>	<u>(14.176)</u>	<u>134.947</u>

	Saldo inicial - 2019				Movimentação - 2019				Saldo final - 2019		
	Custo	Ajustes IFRS 16	Depreciação (*)	Total	Adições	Baixa	Depreciação	Baixa de depreciação	Custo	Depreciação (*)	Total
Imobilizações em curso	919	-	-	919	620	(1.179)	-	-	360	-	360
Imóveis de uso	81.444	21.266	(3.500)	99.210	6.474	(5.624)	(12.839)	870	100.060	(11.969)	88.091
Instalações, móveis e equipamentos de uso	35.562	-	(3.063)	32.499	2.542	(2.549)	(7.097)	751	32.492	(6.346)	26.146
Sistema de processamento de dados	18.602	-	(4.006)	14.596	3.105	(7.111)	(3.808)	5.400	10.590	1.592	12.182
Outros	12.263	-	(1.772)	10.491	907	(704)	(2.029)	438	10.694	(1.591)	9.103
	<u>148.790</u>	<u>21.266</u>	<u>(12.341)</u>	<u>157.715</u>	<u>13.648</u>	<u>(17.167)</u>	<u>(25.773)</u>	<u>7.459</u>	<u>154.196</u>	<u>(18.314)</u>	<u>135.882</u>

(*) A depreciação é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

Na aquisição dos ativos tangíveis o Consolidado não assumiu compromissos contratuais, assim como não houve prestação de garantias.

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10. Ativo intangível

	Saldo inicial – 2020			Movimentação – 2020			Saldo Final - 2020		
	Custo	Amortização	Total	Baixas	Impairment*	Baixa de Amortização	Custo	Amortização	Total
Carteira de clients**	3.227	-	3.227	3.227	-	-	-	-	-
Código fonte	2.500	-	2.500	-	-	-	2.500	-	2.500
	<u>5.727</u>	<u>-</u>	<u>5.727</u>	<u>3.227</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.500</u>	<u>-</u>	<u>2.500</u>
	Saldo inicial – 2019			Movimentação – 2019			Saldo Final - 2019		
	Custo	Amortização	Total	Adições	Impairment*	Amortização	Custo	Amortização	Total
Carteira de clientes	3.227	-	3.227	-	-	-	3.227	-	3.227
Código fonte	2.500	-	2.500	-	-	-	2.500	-	2.500
	<u>5.727</u>	<u>-</u>	<u>5.727</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.727</u>	<u>-</u>	<u>5.727</u>

O intangível está representado por código fonte sem vida útil definida.

(*) Para avaliação do valor recuperável do ativo (teste de impairment) foi utilizada a aplicação do critério de fluxo de caixa descontado, indicadores de mercado e estimativas de benefícios econômicos futuros.

Com base nessa avaliação, não houve perdas por desvalorização reconhecido no resultado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

(**) Em 2019 o banco possuía ativo intangível por aquisição da carteira da J.P.Morgan Gávea Gestão de Patrimônio Ltda., no valor de R\$ 3.227. Durante o exercício de 2020, tal intangível foi baixado, considerando que não há mais expectativa de gerar fluxos de caixa líquidos positivos para o Banco.

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11. Passivos financeiros

a. Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado

Passivos Financeiros - VJR	2020		
	Valor de Custo	Ganhos /(perdas)	Valor Mercado
Obrigações por empréstimos	3.790.976	-	3.790.976
Operações compromissadas	3.790.976	-	3.790.976
Carteira de câmbio	24.534	-	24.534
Carteira de câmbio	24.534	-	24.534
Total	3.815.510	-	3.815.510

Passivos Financeiros - VJR	2019		
	Valor de Custo	Ganhos /(perdas)	Valor Mercado
Obrigações por empréstimos	7.504.009	53	7.504.062
Operações compromissadas	7.504.009	53	7.504.062
Carteira de câmbio	47.242	-	47.242
Carteira de câmbio	47.242	-	47.242
Total	7.551.251	53	7.551.304

Em 2020 e 2019, os passivos apresentados acima possuem vencimento em até 1 (um) ano, com exceção da carteira de câmbio, que possui operações no montante de R\$ 20.480 com vencimento acima de 1 (um) ano.

b. Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

Passivos financeiros - Custo amortizado	2020			2019
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Depósitos de clientes	7.370.941	4.378.136	11.749.077	5.887.751
Depósitos a prazo	7.130.749	4.378.136	11.508.885	5.567.704
Depósitos à vista	240.192	-	240.192	320.047
Depósitos de instituições financeiras	356.655	171.126	527.781	456.175
Depósitos interfinanceiros	356.655	171.126	527.781	456.175
Obrigações por empréstimos	49.276.935	-	49.276.935	15.460.927
Empréstimos no exterior	47.842.968	-	47.842.968	15.283.374
Operações compromissadas	1.433.967	-	1.433.967	177.553
Outros passivos financeiros	9.641.428	-	9.641.428	1.648.770
Relações de interdependências	117.371	-	117.371	74.657
Negociação e intermediação de valores	9.524.057	-	9.524.057	1.574.113
Total	66.645.959	4.549.262	71.195.221	23.453.623

Os empréstimos no exterior são representados por recursos captados em instituições financeiras do J.P.Morgan Chase Bank no exterior, com vencimento em até um ano e com taxa de juros que variam entre 0,07% a 0,81% a.a (2019 - 1,33% e 2,45% a.a).

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12. Outros ativos e passivos

	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Outros ativos	525.261	747.256	1.272.517	966.057
Devedores por depósito em garantia	-	747.256	747.256	728.308
Compulsório junto ao BACEN	4.330	-	4.330	4.372
Rendas a receber	53.929	-	53.929	108.397
Devedores diversos - exterior	451.049	-	451.049	108.969
Diversos	15.953	-	15.953	16.011
Outros passivos	554.605	208.495	763.100	517.682
Sociais e estatutárias	21.646	-	21.646	21.487
Provisão para pagamentos com despesa de pessoal	291.746	208.495	500.241	408.282
Provisão para outros pagamentos	44.448	-	44.448	37.395
Credores diversos - exterior	111.598	-	111.598	-
Diversos	85.167	-	85.167	50.518

¹Em consonância com os parâmetros estabelecidos pela IFRS 9, os saldos de Negociação e intermediação de valores estão classificados como Outros ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (Nota 8(c)) e Outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado (Nota 11).

13. Contingências e outros compromissos

Em geral, as provisões referentes a ações judiciais do Consolidado são de longo prazo, considerando o tempo necessário para a conclusão dessas ações no sistema judicial brasileiro. Assim, observamos que é difícil fazer estimativas precisas com a relação ao ano específico em que a ação judicial será concluída, principalmente nas etapas iniciais de um caso. Por essa razão, o Consolidado não incluiu estimativas referentes à futura data do acordo para a maioria das provisões significativas resultantes de ações judiciais.

As obrigações legais e provisões para contingências constituídas, as variações no exercício e os correspondentes depósitos judiciais estão assim apresentados:

(a) Provisões constituídas

(a.1) Composição dos saldos patrimoniais

	<u>2020</u>		<u>2019</u>	
	<u>Depósitos Judiciais</u>	<u>Provisões</u>	<u>Depósitos Judiciais</u>	<u>Provisões</u>
Fiscais e previdenciárias - obrigações legais e outros passivos contingentes	712.531	476.654	695.700	471.849
Cíveis	21.580	73.699	21.581	71.467
Trabalhistas	13.145	36.987	11.027	35.434
Total	747.256	587.340	728.308	578.750

Os saldos de depósitos judiciais e das provisões são todos de longo prazo nas datas-base demonstradas acima.

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a.2) Movimentação dos saldos patrimoniais

	<u>Fiscais e previdenciárias</u>				
	<u>Obrigações legais e outros passivos contingentes</u>		<u>Cíveis</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Total 2020</u>
Saldo inicial	471.849	71.467	35.434	578.750	
Despesas financeiras - juros	5.865	2.232	2.168	10.265	
Constituições	-	-	5.001	5.001	
Reversões	(807)	-	(1.020)	(1.827)	
Pagamentos	(253)	-	(4.596)	(4.850)	
Total	476.654	73.699	36.987	587.340	

	<u>Fiscais e previdenciárias</u>				
	<u>Obrigações legais e outros passivos contingentes</u>		<u>Cíveis</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Total 2019</u>
Saldo inicial	462.686	69.613	38.215	570.514	
Despesas financeiras - juros	11.857	2.350	2.421	16.628	
Constituições	-	246	3.909	4.155	
Reversões	(2.694)	(416)	(3.781)	(6.890)	
Pagamentos	-	(326)	(5.330)	(5.657)	
Total	471.849	71.467	35.434	578.750	

(a.3) Fiscais e previdenciárias - obrigações legais

O Consolidado é parte em processos judiciais de natureza tributária, sendo as principais demandas aquelas que envolvem os seguintes assuntos: (i) alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS nos termos do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, (ii) dedutibilidade da despesa da CSLL da base de cálculo do Imposto de Renda, (iii) cobrança de alíquota diferenciada de CSLL, em relação às empresas não financeiras. Por representarem obrigações legais, o montante envolvido está integralmente provisionado.

(a.4) Fiscais e previdenciárias - passivos contingentes

O Consolidado também é parte em processos judiciais de natureza tributária que são caracterizados como passivos contingentes e cujo risco de perda é classificado como possível pelos advogados externos responsáveis pela condução de tais demandas, sendo as principais, aquelas que envolvem os seguintes assuntos: (i) imposição do ISS sem amparo da lei federal (taxatividade da lista federal de serviços em relação à lista municipal) no valor de R\$ 126.653 (2019 - R\$ 121.648); (ii) contribuições previdenciárias sobre participações nos lucros e resultados no valor de R\$ 53.360 (2019 - R\$ 50.688); (iii) IRPJ e CSLL, sobre ganhos decorrentes da desmutualização da Bovespa e BM&F e da CETIP, no valor de R\$ 24.577 (2019 - R\$ 24.238); (iv) IRPJ sobre a glosa de dedução de despesas de PLR e gratificações pagas a diretores estatutários R\$ 42.910 (2019 - R\$ 42.153); (v) outros casos que totalizam R\$ 51.808 (2019 - R\$ 37.761).

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a.5) Ações trabalhistas

Referem-se a ações trabalhistas contra o Consolidado, patrocinadas por ex-funcionários. O valor das contingências trabalhistas é provisionado considerando as características individuais de cada ação. As contingências classificadas como possíveis pelos advogados responsáveis pela condução dos casos, montam R\$ 126.628 (2019 - R\$ 144.871).

(a.6) Ações cíveis

O Conglomerado é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível decorrentes, em sua grande maioria, das atividades desenvolvidas pelos bancos e empresas que incorporou ao longo dos anos. Com isso, o Conglomerado possui um número limitado de processos relativos à sua atual estrutura e respectivos serviços.

As provisões são constituídas com base nas opiniões de assessores jurídicos internos e externos sobre a probabilidade de perda de cada ação. A probabilidade de perda é definida através da avaliação individual das ações, que é baseada em análise histórica de informações disponíveis através de experiências em casos passados e semelhantes, daquilo que o mercado vem vivenciando e aplicando, dos entendimentos proferidos por nossos órgãos reguladores e/ou fiscalizadores, das decisões até então proferidas nos casos existentes, assim como na jurisprudência atual dos tribunais.

Os principais processos cíveis são referentes à cobrança de expurgos inflacionários decorrentes dos diversos planos econômicos instituídos pelo Governo Federal brasileiro entre os anos de 1989 e 1994. Tais planos tiveram como objetivo a estabilização econômica e combate à hiperinflação (Planos Econômicos). Através de tais processos os detentores de certos tipos de investimento questionam o valor creditado pelo Conglomerado por entenderem que as alterações trazidas pelos Planos Econômicos violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários. Em dezembro de 2017, foi firmado acordo entre representantes de bancos e associações de defesa do consumidor sobre o ressarcimento de perdas supostamente registradas por conta de planos econômicos (“Acordo”), que foi devidamente homologado pelo Supremo Tribunal Federal (“STF”) no início de 2018. Em maio de 2020, o STF homologou um termo aditivo ao Acordo prorrogando o prazo de adesão por até 60 meses adicionais.

As contingências classificadas como possíveis pelos advogados responsáveis pela condução dos casos, montam R\$ 2.738 (2019 – R\$ 2.420).

14. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A natureza e a origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos e dos créditos tributários são demonstrados como segue:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Diferenças temporárias	721.595	432.752
Contingências	50.680	48.844
Provisão para devedores duvidosos	83.684	7.439
Provisão para honorários advocatícios	9.843	8.350
Provisão para participação nos lucros	116.327	80.456
Marcação a Mercado - TVM e derivativos	369.697	221.965
Unidade de ações restritas – RSU (Nota 21(b))	88.431	62.099
Outros	2.933	3.879
Prejuízos fiscais e base negativa	603	38.997
Total de créditos tributários - ativo	<u>722.198</u>	<u>472.029</u>
Total de créditos tributários - passivo	<u>240.359</u>	<u>124.872</u>

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No exercício foi constituído crédito tributário de R\$ 446.823 (2019: R\$ 351.607), tendo sido realizado R\$ 196.654 (2019: R\$ 232.438) sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal. Em 2020 foi constituído IR diferido passivo, no valor de R\$ 115.493 (2019: R\$ 124.872), tendo sido realizado o valor de R\$ 6.

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base em informações de mercado monta a R\$ 634.053 (2019: R\$ 383.985).

A tributação, considerando as alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social (Nota 3 (I)), sobre o resultado antes dos impostos é demonstrada como segue:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	872.794	945.690
Juros sobre capital próprio	(75.000)	(150.000)
Resultado Ajustado	<u>797.794</u>	<u>795.690</u>
Encargo total do IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes (1)	(344.375)	(318.578)
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	1.961	(19.254)
IRPJ e CSLL de períodos anteriores	(259)	-
Compensação ativo fiscal diferido	-	(305)
Efeito CSLL 5%	15.936	31.756
Outras	(21.108)	2.939
Efeito das adições e exclusões no cálculo de tributo IRPJ e CSLL no exercício	<u>(3.470)</u>	<u>15.136</u>
	<u>(347.845)</u>	<u>(303.442)</u>

(1) Considera alíquota de 20% para CSLL de entidades bancárias e 15% para entidades não bancárias, vigentes para o exercício de 2020. Em 2019 não havia diferença entre as alíquotas.

15. Patrimônio líquido

O capital social está dividido em 5.661 (2019: 5.661) ações nominativas, sendo 5.470 (2019: 5.470) ordinárias e 191 (2019: 191) preferenciais, sem valor nominal. São mantidas 6 ações preferenciais em tesouraria (dezembro de 2019 – 6).

As ações preferenciais não têm direito a voto; todavia, gozam de prioridade no reembolso de capital, em caso de liquidação da sociedade e prioridade na distribuição de dividendos, observado o direito ao recebimento de dividendos 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias.

Aos acionistas é assegurado um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% do lucro líquido estatutário do exercício, sendo que o saldo remanescente terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas.

A Reserva de lucros – Estatutária poderá ser futuramente utilizada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais à instituição, bem como para garantir futura distribuição de dividendos.

A Reserva de lucros – legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido estatutário do exercício, até o limite de 20% do capital social. A reserva poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das reservas de capital atingir 30% do capital social.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 18 de dezembro de 2019 foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio aos acionistas no montante de R\$ 150.000. O imposto de renda retido na fonte à alíquota de 15% foi de R\$ 22.500. O impacto fiscal reconhecido no resultado decorrente da dedutibilidade dos juros sobre o capital próprio foi de R\$ 60.000. Também foi aprovada a utilização do

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

valor líquido de R\$ 127.500 para o aumento do capital do Banco, sem a emissão de novas ações. O aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em fevereiro de 2020.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 23 de dezembro de 2020 foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio aos acionistas no montante de R\$ 75.000, os quais serão atribuídos a título de dividendos, não cabendo a distribuição de recursos adicionais, conforme determinação do acionista controlador. O imposto de renda retido na fonte à alíquota de 15% foi de R\$ 11.250 e o impacto fiscal reconhecido no resultado decorrente da dedutibilidade dos juros sobre o capital próprio foi de R\$ 33.750. Também foi aprovada a utilização do valor líquido de R\$ 63.750 para o aumento do capital do Banco, sem a emissão de novas ações. O aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em fevereiro de 2021.

16. Receitas e despesas com juros e similares e ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros

(a) Receitas com juros e similares

Receitas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no ano sobre ativos financeiros, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos. Os juros são reconhecidos pelo valor bruto, sem a dedução de impostos retidos na fonte.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	52.747
Aplicações no mercado aberto	1.244.899	1.660.662
Aplicações em títulos de renda fixa	914.971	532.416
Empréstimos e adiantamentos	133.716	147.199
Aplicações no exterior	275	2.161
Outros ativos financeiros	74.104	3.370
	<u>2.367.965</u>	<u>2.398.555</u>

(b) Despesas com juros e similares

Despesas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no ano sobre todos os passivos financeiros com retorno implícito ou explícito, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Ativos/passivos financeiros	(131.653)	(156.584)
Depósitos	(174.839)	(329.813)
Despesas de operações compromissadas	(268.393)	(559.601)
Outros passivos financeiros	(119.329)	(250.024)
	<u>(694.214)</u>	<u>(1.296.022)</u>

c) Ganhos/(perdas) líquidos com ativos e passivos financeiros

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Instrumentos financeiros	3.283.504	(846.856)
Instrumentos de dívida e patrimônio	1.810.002	362.599
	<u>5.093.506</u>	<u>(484.257)</u>

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17. Receita de tarifas e comissões

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receitas com comissões de colocação de títulos	201.338	204.258
Receita de administração de fundos	93.175	83.984
Receita de serviços de assessoria e consultoria	16.109	26.670
Receita de serviços - exterior	290.696	293.970
Rendas de corretagem - B3	307.746	286.415
Rendas de serviços de custódia	61.879	67.542
Outras receitas	27.225	20.207
	<u>998.168</u>	<u>983.046</u>

18. Ganhos (perdas) líquidos com variação cambial

As diferenças cambiais mostram basicamente os ganhos ou as perdas nas negociações de moedas estrangeiras e ganhos ou perdas com ativos e passivos em moeda estrangeira, que são reconhecidos nas conversões de itens monetários indexados em moeda estrangeira para moeda funcional do Consolidado, totalizando uma despesa de R\$ 5.519.511 (2019 – receita de R\$ 517.794).

19. Despesas tributárias

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Despesas tributárias (PIS, COFINS e ISS)	(178.400)	(134.782)
	<u>(178.400)</u>	<u>(134.782)</u>

20. Outras despesas administrativas

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Despesas de serviços com o sistema financeiro	(117.224)	(92.366)
Despesas com serviços de terceiros	(44.207)	(37.612)
Despesas com viagens	(5.972)	(18.291)
Despesas com sistemas e tecnologias	(38.049)	(31.328)
Despesas com aluguéis	(13.448)	(12.194)
Outros	(49.656)	(39.809)
	<u>(268.556)</u>	<u>(231.600)</u>

21. Benefícios a empregados

(a) Previdência privada

O Consolidado é um dos patrocinadores da Multiprev Fundo Múltiplo de Pensão constituído sob a modalidade de contribuição definida. As reservas matemáticas individuais são atribuídas a cada participante e calculadas de acordo com fórmulas e hipóteses atuariais sendo o benefício apurado com base nas contribuições vertidas. Durante o exercício, o Consolidado contribuiu com R\$ 17.664 (2019 – R\$ 18.636) para o fundo de pensão.

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Unidade de ações restritas (RSU's)

Os funcionários elegíveis do Consolidado J.P. Morgan participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). Sua entrega em data futura está sujeita a restrições, cancelamentos ou reversões. Por serem restritas, o *vesting period*, de 50% das ações se dá em dois anos e dos outros 50% em três. Caso o funcionário se desligue da empresa por conta própria o plano de benefício em ações é cancelado.

A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz (listadas na Bolsa de Nova Iorque - NYSE) concedidas multiplicado pelo valor justo da ação na data da concessão.

	2020	
	Quantidade de ações	Valor em milhares de dólares (USD)
Ações em circulação em 01/01/2020	293.749	29.355
Ações outorgadas durante o exercício (<i>granted</i>)	95.673	13.121
Ações entregues no exercício (<i>vested</i>)	(141.411)	(13.772)
Transferência/saída de funcionários	(37.054)	(4.414)
Ações em circulação em 31/12/2020	210.957	24.290

	2019	
	Quantidade de ações	Valor em milhares de dólares (USD)
Ações em circulação em 01/01/2019	386.909	32.515
Ações outorgadas durante o exercício (<i>granted</i>)	141.945	14.149
Ações entregues no exercício (<i>vested</i>)	(214.034)	(15.282)
Transferência/saída de funcionários	(21.071)	(2.207)
Ações em circulação em 31/12/2019	293.749	29.175

Em 2020 não foi registrado aumento patrimonial em função da existência de um acordo com a matriz, que prevê o reembolso dos benefícios concedidos pelo menor valor entre *grant* e *vesting*. Em 2019 foi registrado um aumento patrimonial no valor R\$ 3.007 em decorrência de tal acordo.

O valor contabilizado no passivo em 2020 foi de R\$ 202.738 (2019 – R\$ 182.655) incluindo encargos sociais. Em virtude desse programa a despesa registrada no ano é de R\$ 71.356 (2019 – R\$ 119.755), incluindo os encargos sociais.

22. Capital

(a) Regulatório

O Conglomerado apura seus limites operacionais do Acordo de Basileia III de forma consolidada de acordo com as diretrizes do BACEN. Em 31 de dezembro de 2020, o índice de Basileia do Consolidado era de 15,45% (2019: 19,34%), conforme demonstrado abaixo.

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Cálculo do índice de Basileia

	2020
(a) RWAcpad – risco de crédito por abordagem padronizada	14.464.562
(b) RWAcam - parcela referente ao risco das exposições em ouro, moeda estrangeira e ativos sujeitos à variação cambial	695.972
(c) RWAJUR - parcelas referente ao risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros classificadas na carteira de negociação	15.479.733
(d) RWACOM - parcela referente ao risco das operações sujeitas à variação de preço de mercadorias (<i>commodities</i>)	-
(e) RWAACS - parcela referente ao risco das operações sujeitas à variação de preço das ações	3.716.137
(f) RWAOPAD - parcela referente ao risco operacional	3.388.281
(g) Total RWA (a+b+c+d+e+f)	37.744.685
(h) RBAN - parcela referente ao risco da carteira <i>banking</i>	587.242
(i) Patrimônio de Referência Exigido (g * 8.0%) + h	3.606.817
(j) Patrimônio de Referência Consolidado (PR) ¹	5.833.266
(k) Adicional de capital principal mínimo requerido Margem (j-i-k)	471.808
	<u>1.754.641</u>
Índice da Basileia = (j) * 8.0%/(i)	<u>15,45%</u>

	2019
(a) RWAcpad – risco de crédito por abordagem padronizada	11.095.870
(b) RWAcam - parcela referente ao risco das exposições em ouro, moeda estrangeira e ativos sujeitos à variação cambial	1.046.493
(c) RWAJUR - parcelas referente ao risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros classificadas na carteira de negociação	11.405.832
(d) RWACOM - parcela referente ao risco das operações sujeitas à variação de preço de mercadorias (<i>commodities</i>)	175.973
(e) RWAACS - parcela referente ao risco das operações sujeitas à variação de preço das ações	1.389.838
(f) RWAOPAD - parcela referente ao risco operacional	2.977.509
(g) Total RWA (a+b+c+d+e+f)	28.091.514
(h) RBAN - parcela referente ao risco da carteira <i>banking</i>	52.345
(i) Patrimônio de Referência Exigido (g * 8.0%) + h	2.299.666
(j) Patrimônio de Referência Consolidado (PR) ¹	5.433.264
(k) Adicional de capital principal mínimo requerido Margem (j-i-k)	702.288
	<u>2.431.310</u>
Índice da Basileia = (j) * 8.0%/(i)	<u>19,34%</u>

¹ Patrimônio de Referência Consolidado refere-se ao Conglomerado Prudencial do BRGAAP.

(b) Gerenciamento de capital

É definido como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pelo Conglomerado, avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos assumidos e planejamento de metas e de necessidades de capital de acordo com o plano estratégico.

As principais atribuições da área de gerenciamento de capital são mensurar corretamente o requerimento de capital e os riscos materiais inerentes à operação do Conglomerado; utilizar sistemas

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

adequados de monitoramento através de reportes periódicos e prover informações que possibilitem o investimento em novos negócios, mesmo em um ambiente de estresse.

23. Partes relacionadas

As transações realizadas com partes relacionadas representadas abaixo foram efetuadas com empresas coligadas ou controladoras do Grupo.

(a) Transações com entidades do Grupo

	2020		2019	
	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)
Caixa e equivalentes a caixa	11.576	-	17.330	-
JP Morgan Chase Bank London - GMI	6.302	-	12.282	-
Banco JPMorgan S.A. Mexico	5.274	-	5.048	-
Aplicações em moeda estrangeira	2.588.461	197.943	134.648	1.755
JPMorgan Chase Bank, National Association	2.588.461	197.943	134.648	1.755
Serviços prestados a receber	30.877	424.551	98.998	418.398
J.P. Morgan Securities PLC – Paris Branch	2.452	36.578	26.652	46.130
JP Morgan Administradora de Carteiras do Brasil Ltda.	1.166	6.326	419	1.258
JPMorgan Chase Bank, National Association	3.304	66.387	16.338	68.588
J.P. Morgan Securities LLC	11.604	113.674	30.882	68.656
JPMorgan Asset Management (Europe)	-	-	-	624
J.P. Morgan Overseas Capital LLC	1.938	84.267	2.678	95.406
Lawton Multimercado	2.772	39.528	3.864	47.232
JPMorgan Chase Bank, N.A. - London Branch	7.641	77.791	18.165	90.504
Outros valores a receber/(a pagar)	446.137	(4.779)	108.507	(10.603)
J.P. Morgan Securities LLC	(4.912)	(1.931)	-	(729)
JP Morgan Administradora de Carteiras do Brasil Ltda.	-	-	54	-
JPMorgan Chase Bank, National Association	451.049	(2.848)	108.968	(6.053)
JPMorgan Chase Bank, N.A. - London Branch	-	-	(515)	(417)
JPMS PLC Madrid Branch	-	-	-	(3.404)
Depósitos	(1.931.861)	(29.902)	(127.421)	(91.247)
Chase Manhattan Holdings Ltda.	(869)	-	(973)	-
JPMorgan Gavea Gestão de Patrimônio Ltda.	(25.081)	(657)	(24.790)	(1.358)
HCM Participações Brasil Ltda	(83.451)	(1.821)	(38.159)	(1.567)
J.P. Morgan Administradora de Carteiras do Brasil	(48.560)	(1.357)	(60.279)	(3.581)
J.P.Morgan Investimentos e Finanças Ltda.	(329)	-	(165)	(12)
Norchem Holdings e Negócios S.A.	(68)	-	(211)	-
Norchem Participações e Consultoria S.A.	(302)	-	(184)	-
Gaborone Participações Ltda.	(2.683)	(64)	(2.643)	(132)
Lawton Multimercado	(1.770.518)	(26.003)	(17)	(84.597)

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2020		2019	
	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)
Depósitos interfinanceiros	(356.654)	(9.605)	(347.048)	(17.567)
JPMorgan Chase Bank National Association - São Paulo Branch	(356.654)	(9.605)	(347.048)	(17.567)
Obrigações por operações compromissadas	(3.913.774)	(141.015)	(7.519.353)	(300.919)
JPMorgan Chase Bank National Association - São Paulo Branch	(137.796)	(3.886)	(177.500)	(5.759)
Lawton Multimercado	(3.775.978)	(137.129)	(7.341.853)	(295.160)
Instrumentos financeiros derivativos	983.749	902.054	200.764	352.012
JPMorgan Chase Bank National Association - São Paulo Branch	(433.146)	(390.116)	(71.648)	350.115
Lawton Multimercado	1.399.568	1.234.218	183.411	(8.981)
J.P. Morgan Overseas Capital LLC	17.327	57.952	89.001	10.878
Obrigações por empréstimos em moeda estrangeira	(47.842.968)	(86.814)	(15.283.374)	(297.151)
JPMorgan Chase Bank, National Association	(47.842.968)	(86.814)	(15.283.374)	(297.151)
Despesa de pessoal	(148.771)	(58.478)	(122.352)	(72.712)
JPMorgan Chase & CO.	(148.771)	(58.478)	(122.352)	(72.712)
Operação de Câmbio	-	(63.591)	1.710	1.165
JPMorgan Chase Bank National Association São Paulo Branch	-	(63.591)	1.710	1.165

As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, levando em consideração a ausência de risco.

(b) Remuneração da administração

Para fins de divulgação da remuneração dos administradores foram considerados os membros do Comitê Executivo do Banco e/ou os diretores estatutários. A despesa com a remuneração dos administradores incorrida no exercício está demonstrada a seguir:

	2020	2019
Salários e encargos	21.467	24.957
Participação nos lucros e gratificações	38.128	59.572
Encargos sobre gratificações	13.586	26.826
Planos de aposentadoria e pensão	832	1.081
Outros benefícios	1.577	1.663

24. Gerenciamento de riscos financeiros

O Consolidado possui áreas de risco específicas, independentes das áreas de negócios, para administração dos diversos riscos existentes.

O gerenciamento de riscos de mercado e crédito é de responsabilidade da Diretoria de Riscos do Consolidado.

I Processos de identificação e mensuração dos riscos de mercado operacional, liquidez e de crédito

(a) Risco de mercado

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Risco de mercado é a exposição a uma mudança adversa no valor de mercado de instrumentos financeiros causada por uma mudança em parâmetros de mercado. Os principais parâmetros de mercado são: Taxas de Juros, Taxas de Câmbio, Renda Variável, Spreads de Crédito e Preços de Commodities.

Principais funções da Unidade de Reporte de Riscos:

- a. Identificar, medir, controlar e analisar os riscos de mercado, assegurando que os riscos assumidos estejam de acordo com os limites de risco de mercado estabelecidos pela Administração do conglomerado J.P. Morgan.
- b. Consolidar as posições de risco de todo o conglomerado J.P. Morgan sujeitas aos riscos de mercado;
- c. Analisar as propostas de limites de risco de mercado e apresentar sua recomendação à Diretoria, área de Risco de Mercado Regional e ao Comitê Operacional (“Brazil OC”);
- d. Propor limites de risco de mercado e apresentar sua recomendação ao comitê de Risco de Brasil (“BRC”), área de Risco de Mercado corporativa e ao Comitê Operacional (“Brazil OC”).;
- e. Conhecer, analisar, controlar e reportar, de forma continuada, a situação, evolução e tendências das posições de risco de mercado e dos resultados.

A Gerência de Risco de Mercado é responsável por monitorar e reportar diariamente as utilizações de limites, revisar a política pelo menos anualmente, garantir que a infra-estrutura dos sistemas de risco de mercado seja adequada, informar diariamente as posições de risco para a alta administração, incluindo os supervisores das Unidades de Negócios, Traders e Diretor Estatutário de Riscos das Entidades (Legal Entity Risk Manager, LERM).

O gerenciamento, monitoramento e controle de risco de mercado é feito diariamente através de três tipos de medidas: estatísticas, não-estatísticas e simulações de estresse.

a) Medidas estatísticas são representadas pelo *Value at Risk* (VaR):

É uma medida estatística que estima a perda potencial decorrente de movimentos adversos em condições normais de mercado. Calculado utilizando simulação histórica – 1 ano de série histórica, horizonte de 1 dia e nível de confiança de 95%.

b) As medidas não-estatísticas são utilizadas com o intuito de limitar o tamanho absoluto das posições em aberto. As principais medidas não estatísticas são:

- Valor de mercado;

- *Basis Point Value* (BPVs): Variação do valor de mercado decorrente de um aumento de um ponto-base (+0.01%) nas taxas de juros;

- Delta: sensibilidade de primeira ordem em relação ao ativo subjacente;

- Gamma: sensibilidade de segunda ordem em relação ao ativo subjacente;

- Vega: sensibilidade de primeira ordem em relação à volatilidade implícita;

- Rho: equivalente ao BPV, sensibilidade de primeira ordem à taxa de juro.

c) Teste de estresse, que também é uma medida não-estatística, visa capturar eventos de mercado atípicos, porém plausíveis e medir as perdas e ganhos potenciais.

Os cenários buscam definir e antecipar eventos futuros em vez de replicar crises passadas. Projetados de forma que cada cenário seja impulsionado por um grande movimento em pelo menos uma classe de

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ativos (epicentro econômico) e contágio nas classes remanescentes (i.e., câmbio, taxas de juros, preços de ações e commodities)

Estrutura de Limites

Os limites são estabelecidos pela área de riscos de mercado e pelos diretores das unidades de negócios. Os outorgantes decidiram estabelecer limites de VaR, Estresse, “*Stop-Loss*” e de sensibilidade (limites não-estatísticos). Os limites são apresentados pelos signatários de limites apropriados e pré-estabelecidos e são, também, apresentados ao Comitê de Risco do Brasil (“BRC”) e à Diretoria.

Seguem dados quantitativos:

VaR 95% do Conglomerado J.P.Morgan

VaR

Fator de risco	Dez-20	Dez-19
Moeda estrangeira & taxa de juros	30.583	12.080
Renda variável	10.565	2.340
Efeito diversificação	(10.705)	(1.708)
Total	30.443	12.712

Relatório de risco de mercado – exposição

Fator de risco	Dez-20	Dez-19	
BPV	Juros Pré	(441)	(107)
	Inflação	(332)	(354)
	USD	(46)	(222)
	USD - On	(186)	209
	Outros	(247)	(161)
FX Delta	USD	(183.271)	(134.523)
	JPY	(10.456)	(10.216)
	EUR	(87.556)	(34.975)
	GBP	(1,107)	(187.764)
	Outras	(2.745)	(19.617)
Ações	Delta	(259.676)	(217.263)

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Resultado dos Testes de Stress

Cenário	Dez-20	Dez-19
Bond SellOff	(83.067)	332.635
Cmdty SellOff	(57.159)	98.820
Credit Crisis	13.181	69.516
Basis	4.096	(51.456)
EM Sell Off	(213.532)	277.649
Equity Collapse	77.070	(63.234)
EURO Zone	(96.564)	62.194
Gen. Recovery	104.880	(641)
Inflation	(264.987)	(21.833)
Oil Crisis	(72.147)	221.406
USD Crisis	(167.996)	(162.495)

Cenários:

- *Bond Sell Off* é representado por uma crise deflagrada por uma mudança na política monetária nos EUA para contracionista (“hawkish”).
- *Commodities Sell Off* é representado por uma crise decorrente de queda abrupta nos preços de *commodities*.
- *Credit Crisis* é representado por uma instabilidade política nos países emergentes gerando fuga de recursos destes mercados para o mercado americano e europeu.
- *Basis* é representado pela expectativa de que um ou mais *dealer* precise sair de suas posições mais ilíquidas e o mercado agindo preventivamente a esses fluxos unilaterais.
- *Emerging Markets Sell Off* é representado por uma crise severa em mercados emergentes e fuga de capitais para mercados desenvolvidos.
- *Equity Collapse* é representado por uma reversão abrupta no mercado de ações após um longo e sustentado período de aquecimento do mercado global.
- *EURO Zone* é representado por uma crise deflagrada por fuga de capitais dos seguintes países da União Européia: Grécia, Irlanda, Portugal, Espanha e Itália.
- *General Recovery*: neste cenário os mercados estão positivos globalmente e se observa uma venda moderada de títulos da dívida de países desenvolvidos e pequena desvalorização de metais preciosos.
- *Inflation*. Similar ao *Bond Sell Off*, no entanto a crise é deflagrada por alta inesperada da inflação nos EUA.
- *Oil Crisis* é representado por um choque específico no mercado de petróleo, desencadeado por uma deterioração aguda da estabilidade geopolítica no Oriente Médio.

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Risco operacional

É o risco associado a processos internos falhos ou inadequados, falhas humanas ou de sistemas, ou eventos externos. Risco operacional inclui o risco de segurança cibernética, continuidade de negócios ou tecnologia, risco de fraudes em pagamentos e terceirização de atividades. O risco operacional é inerente às atividades do Conglomerado e pode manifestar-se de várias formas incluindo atos fraudulentos, interrupção de negócios, comportamento inadequado de colaboradores, falha no cumprimento de leis e regulamentos, ou falha na prestação de serviços por parte de terceiros contratados. Estes eventos podem resultar em perdas financeiras, litígios, multas regulatórias ou outras penalidades.

Para monitorar e controlar os riscos operacionais, o Conglomerado possui um arcabouço de gestão de risco, definido de forma a promover um ambiente efetivo para o controle de riscos. Os componentes principais deste arcabouço são: monitoramento e comunicação, identificação e avaliação, medição e governança. A área de gestão de risco é responsável por prescrever o arcabouço acima mencionado além de prover uma supervisão independente, enquanto as linhas de negócio e as funções corporativas são as áreas responsáveis pela implementação.

O Conglomerado mantém uma supervisão da execução das políticas, práticas e governança de risco operacional. A gestão deste risco é voltada para reduzir as perdas operacionais através de controles que incluam ferramentas específicas utilizadas em todo o Conglomerado e alinhadas com a matriz. Estas ferramentas incluem análise de perdas operacionais e eventos de risco, suas causas, planos de ação, métricas de controle entre outros. Os comitês de governança são definidos e estruturados de forma a dar transparência à informação e permitir escalar eventos significativos, riscos emergentes e garantir a solução dos problemas relacionados aos riscos operacionais identificados.

(c) Risco de liquidez

Liquidez é a capacidade de uma instituição de cumprir com os seus compromissos financeiros nos respectivos vencimentos. Risco de liquidez, por sua vez, é a possibilidade de não ser capaz de honrar com estas obrigações, sem incorrer em perdas substanciais.

A gestão de risco de liquidez no Conglomerado define-se por um conjunto de processos que visa garantir sua capacidade de pagamento, monitorando diariamente a projeção de fluxos de caixa e seus descasamentos, realizando simulações com cenários de stress, atuando dentro dos indicadores estabelecidos internamente e dos requerimentos regulatórios. Estes indicadores operacionais levam em consideração os seguintes aspectos: composição dos ativos, contrapartes e alternativas de instrumentos de captação.

Os procedimentos encontram-se devidamente documentados e são do conhecimento de todos os envolvidos, incluindo a administração do J.P. Morgan, que aprova qualquer atualização na política de gerenciamento de risco de liquidez e recebe relatório diário com a condição de liquidez do conglomerado.

Para o controle e gestão de risco de liquidez existe uma gerência independente das áreas de negócio estabelecidas no país, a Tesouraria Corporativa Local.

São responsabilidades desta unidade:

- Monitora a gestão de risco de liquidez no país;
- Propõe orientação para as estratégias de gestão de risco de liquidez;
- Revisa e aprova as orientações para captação de recursos para as funções da tesouraria local;
- Revisa e aprova a Política Gestão de Risco de Liquidez e Plano de Contingência pelo menos uma vez ao ano;
- Atua como ponto de referência para a Tesouraria Corporativa Global com relação à coordenação dos requerimentos para o risco de liquidez global; e
- Responsável pela captação de recursos e gerenciamento de risco de liquidez. Intrínsecos a este mandato mais amplo estão:

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- o gerencia o perfil de ativos e passivos e da exposição gerada pelo descasamento entre eles;
- o garante o contínuo acesso às fontes mais baratas de captação de recursos externas;
- o mantém adequadamente o caixa e as reservas de garantia;
- o garante o canal de transferência de captações entre membros do grupo; e
- o garante (conjuntamente com as áreas de Finanças e *Compliance*) que o JP Morgan está em cumprimento com as leis locais específicas e exigências regulatórias relacionadas à captação de recursos e gerenciamento de risco de liquidez.

Também é responsabilidade desta unidade manter atualizado o plano de contingência.

O Conglomerado envia mensalmente ao Banco Central do Brasil o Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL) segundo as regras e processos estabelecidos pela Resolução nº 4.557.

A gestão de risco de liquidez não somente é realizada através das exigências regulatórias mas também e fundamentalmente através do controle diário dos fluxos de caixa esperados.

A Tesouraria Corporativa Local monitora diariamente o fluxo esperado de entradas e saídas de caixa para os próximos noventa dias, prazo este determinado e suficiente, dada a considerável participação dos ativos líquidos nos ativos totais (67.48%) e sua relevância também em relação aos recursos de curto prazo (80.38%). Durante o exercício de 2020, o conglomerado manteve estes indicadores de forma a garantir o adequado gerenciamento de risco de liquidez.

Indicadores de Liquidez	2020	2019
Ativos líquidos / Ativos totais	67.48%	70.06%
Ativos líquidos / Recursos de curto prazo	80.38%	94.98%

Segue relatório com os fluxos de caixa não descontados usado diariamente pela Tesouraria Corporativa Local:

R\$ milhões	Liquidez Total Disponível	
	2020	2019
Dia 1	40,196	14,443
2 - 7	41,038	14,065
8 - 14	40,779	13,918
15 - 30	40,446	13,243
31 - 60	40,100	12,957
61 - 90 dias	39,823	12,592

Teste de Estresse

O JP Morgan conduz um teste de estresse de risco de liquidez semanalmente, utilizando o modelo corporativo de estresse. São aplicados fatores de ponderação por tipo de produto com o intuito de representar os efeitos de um cenário de estresse de liquidez.

Os resultados do teste de estresse são utilizados para identificar e quantificar as fontes de potencial redução na liquidez, e para analisar possíveis impactos no fluxo de caixa da instituição, na posição de liquidez, na rentabilidade, e na solvência. O teste de estresse também é utilizado para assegurar que as exposições atuais estejam consistentes com a tolerância de risco de liquidez estabelecida pela instituição financeira. Dependendo do resultado do teste de estresse, a alta gerência pode tomar ações corretivas ou

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

mitigadoras para limitar as exposições da instituição, aumentar o colchão de liquidez, e ajustar o perfil de liquidez para atender sua tolerância ao risco.

Plano de Contingência

O Plano de Contingência é uma extensão da Política de Risco de Liquidez e projeta as necessidades e as fontes de captação de recursos sob condições estabelecidas pelo cenários corporativos. O objetivo do Plano de Contingência é assegurar a liquidez apropriada durante períodos de estresse.

A ativação do processo de contingência é responsabilidade da Tesouraria Corporativa Local, juntamente com a alta gerência. Dependendo da natureza e gravidade da situação, haverá frequente comunicação para otimizar a eficácia do plano de contingência durante um evento adverso de liquidez, assegurando que as decisões tomadas sejam coordenadas para minimizar qualquer agravamento da condição de liquidez.

Esta comunicação irá assumir as formas consideradas adequadas no momento. Com a intensificação da situação de estresse, a alta gerência pode solicitar a Tesouraria Corporativa Local produção diária de relatórios regulares de risco de liquidez e informações complementares. Para mitigar o potencial de contágio, a comunicação eficaz com as contrapartes, agências de classificação de risco, e outras partes interessadas, é de vital importância quando surge um problema de liquidez.

As ações de comunicação serão baseadas nas exigências e gravidade do evento específico. Várias condições ou eventos podem servir como indicadores de potenciais problemas de liquidez. Esses eventos podem ser específicos do JP Morgan ou resultantes das condições de mercado. A natureza dos eventos também pode ser qualitativa ou quantitativa. Qualquer um dos eventos isoladamente pode não causar problemas, mas em combinação, dependendo da sua gravidade, podem resultar em perda significativa de liquidez.

ALCO (Comitê de Ativos e Passivos)

O gerenciamento de risco de liquidez faz parte das responsabilidades primárias do Comitê de Ativos e Passivos, o qual é composto pelo Tesoureiro, o Diretor de Controladoria (SFO), o Presidente (SCO), o Diretor de Operações, o Diretor de Riscos, as equipes de Tesouraria Corporativa Local e Global, e representantes de cada área de negócio presente no país.

(d) Risco de crédito

Define-se como Risco de Crédito a possibilidade de perdas resultantes pelo não recebimento de valores contratados junto a clientes em decorrência da incapacidade econômico-financeira destes mesmos clientes. Esta definição inclui todas operações nas quais a Instituição concede, ou se compromete a conceder, financiamento sob suas mais diversas formas, incluindo empréstimos, repasses, adiantamentos, compromisso de empréstimos, garantias, cartas de crédito e operações de derivativos (futuros, swaps, forwards e opções) nas quais o cliente pode vir a se tornar devedor.

As principais funções e respectivos processos de identificação e mensuração do risco de Crédito são:

- . avaliação da capacidade dos clientes do JP Morgan Brasil de gerarem recursos suficientes através de suas atividades comerciais e conversão de seus ativos, visando a liquidação de suas obrigações operacionais e financeiras em seus devidos vencimentos e na forma como foram contratadas. Processos: análise de crédito individual, revisão anual e trimestral de crédito.

- . atribuição de uma classificação de risco (rating) a nível de tomador e operação, que seja compatível com a situação econômico financeira de seus clientes e com a disponibilidade e liquidez das garantias apresentadas, se for o caso. Processos: aplicação das metodologias internas de ratings (FBI), revisão

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

trimestral de ratings (Tiering), revisão mensal das provisões de crédito.

. aprovação de forma independente todos limites de crédito atribuídos aos clientes, monitorar e gerenciar sua utilização de forma ativa e frequente. Processos: aplicação das alçadas de crédito globais, revisão mensal do portfólio de crédito; utilização do sistema de monitoramento diário de excessos potenciais (OWL-overlimits monitoring).

. monitoramento, avaliação e gerencia do portfólio de crédito sob o ponto de vista de possíveis concentrações em clientes, ratings, setores econômicos, regiões ou produtos, assegurando uma distribuição equilibrada de riscos. Processos: revisão mensal do portfólio de crédito, revisão trimestral de ratings (Tiering), processo de revisão trimestral de créditos problemáticos (CSR)

. participar das discussões e atribuições de provisões e reservas de capital adequadas ao nível de exposição e portfólio de crédito. Processo: revisão mensal das provisões de crédito

A autoridade para aprovar linhas de crédito cabe estritamente aos executivos de Crédito e obedece a uma hierarquia definida por uma política interna de crédito. As alçadas de aprovação são limitadas por níveis de autoridade os quais definem montantes e prazos máximos de acordo com a classificação de risco de cada cliente. A política corporativa de risco de crédito é aplicada a todas as área de gerenciamento de risco de crédito em todas as subsidiárias do grupo JPMorgan no mundo.

II Processos de validação dos modelos de precificação

Os processos de definição, aprovação e revisão das metodologias e parâmetros utilizados seguem a Política Global de Estimativas e Gestão de Risco de Modelos. A responsabilidade pelo desenvolvimento e validação dos modelos de precificação é da área de Quantitative Research (QR).

A política de risco de modelo requer que todas as operações sejam registradas em modelos aprovados e dentro do escopo e limitações desse modelo.

MRGR (Model Risk Governance and Review Group) é um grupo independente e responsável por estabelecer o rigoroso processo de governança. Tem como principal função revisar e aprovar novos modelos bem como mudanças significativas nos existentes de modo a permitir a manutenção do seu uso.

Valuation Control Group (VCG) é a área responsável por aprovar as fontes para todos os preços de mercado e outros parâmetros usados nas rotinas de precificação mensal e deve fornecer as diretrizes e a préaprovação nos casos em que a precificação de um contrato seja diferente de sua essência. VCG também é responsável pelos ajustes de preços realizados de forma totalmente independente, além de determinar a metodologia para computar estes ajustes de precificação, garantindo o reconhecimento destes nas demonstrações financeiras da instituição.

* * *